



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1 Em 06 de dezembro de 2022, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência.  
3 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Presidente Marília  
4 Carvalho de Melo, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
5 Sustentável Representantes do poder público: Ariel Chaves Santana Miranda, da  
6 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Igor Arci  
7 Gomes, da Secretaria de Estado de Cultura (Secult); Augusta Isabel Junqueira  
8 Fagundes, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Camila Barbosa Neves, da  
9 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Daniela Fernandes  
10 César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Henriqueta Vasconcelos Lemos  
11 Correia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Mariana  
12 de Resende Franco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese);  
13 Frederico Amaral e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico  
14 (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov);  
15 Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF);  
16 Major PM Eduardo Leal Silva, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec);  
17 Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
18 de Minas Gerais (Crea-MG); Cap. PM Adenilson Brito, da Polícia Militar de Minas  
19 Gerais (PMMG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais  
20 (MPMG); Hilcélia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e  
21 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG);  
22 Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do Ministério de Meio Ambiente  
23 (MMA); Rodrigo Lázaro, da Associação Mineira de Municípios (AMM).  
24 Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação  
25 Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello,  
26 da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Flávio  
27 Roscoe Nogueira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);  
28 Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg;  
29 Afonso Correa Diana, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado  
30 de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

31 Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado  
32 Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Flávia Mourão Parreira do Amaral, da  
33 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Ana Beatriz  
34 Rocholi, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca);  
35 Carlos Wagner Gonçalves Andrade Coelho, do Centro Federal de Educação  
36 Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Lavínia Rosa Rodrigues, da Universidade do  
37 Estado de Minas Gerais (Uemg); Luiz Antônio Coimbra Borges, da Universidade  
38 Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza, da Associação dos  
39 Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Rafael Lopes Nappo,  
40 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Celso Bandeira de Melo Ribeiro, da  
41 Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). Ausentes na reunião:  
42 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Espeleogrupo Pains (EPA); e  
43 Movimento Verde de Paracatu (Mover). **Assuntos de pauta. 1) EXECUÇÃO DO**  
44 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Boa tarde a  
45 todos e a todas. Informo que nós já temos quórum constituído. Então vamos dar  
46 início a nossa 198ª Reunião Ordinária do Conselho de Política Ambiental do  
47 Estado de Minas Gerais. Vamos iniciar com a Execução do Hino Nacional  
48 Brasileiro. [Execução do Hino Nacional Brasileiro].” Vamos para o nosso item 2 da  
49 pauta da reunião de hoje.” **2) ABERTURA.** Presidente Marília Carvalho de Melo:  
50 “Dar boas-vindas ao Rafael Lopes, representante da Ordem dos Advogados do  
51 Brasil, Conselheiro que participa pela primeira vez da nossa reunião. Item 3.” **3)**  
52 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Marília  
53 Carvalho de Melo: “Pergunto se tem inscrições dos Conselheiros? Conselheira  
54 Flávia Mourão, representante da Abes, por favor.” Conselheira Flávia Parreira  
55 Mourão do Amaral: “Boa tarde Presidente, boa tarde colegas do Copam. A minha  
56 questão era só uma pergunta com relação ao manifesto apresentado pelas  
57 entidades na última reunião, que gerou uma renúncia coletiva de 7 entidades. E a  
58 Presidente da reunião no dia, Valéria, comunicou que seria feito uma reunião  
59 posteriormente para tratar sobre isso, reunião com entidades. Depois da reunião  
60 da Copam, houve inclusive uma convocação de uma audiência pública na



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

61 Assembleia Legislativa para discutir o assunto, mas parece que houve também  
62 uma confusão, não que isso tem a ver diretamente com as decisões do Copam,  
63 mas a audiência parece que não houve espaço para fazer um debate adequado,  
64 inclusive pela forma como foi feita a composição da mesa, essa audiência foi no  
65 dia 01 de dezembro. Depois então, nós já estamos em processo eleitoral do  
66 Copam, venceu o prazo de inscrições, me parece que as entidades, não sei o  
67 resultado ainda das inscrições, mas eu gostaria só de ter um retorno. Além da  
68 nota que a Secretaria expediu, respondendo aos pontos que foram colocados pela  
69 entidade no manifesto, eu queria saber se houve outros desdobramentos, se  
70 houve algum tipo de reunião com as entidades, se foi feita uma tentativa direta  
71 de esclarecimento como havia sido prometido pela Valéria na reunião passada.  
72 Obrigada.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada Conselheira. Eu vou  
73 responder a Conselheira antes de abrir para o próximo inscrito. A manifestação  
74 do Sisema sobre os pontos elencados na nota das 7 entidades foi encaminhada  
75 para todos os senhores, trazendo alguns esclarecimentos sobre os pontos  
76 colocados, acho que todos tiveram ciência, não seria agora o momento de a gente  
77 discutir ponto a ponto, também estamos a disposição caso os Conselheiros  
78 tenham alguma dúvida sobre o posicionamento do Sisema em relação a isso. Nós  
79 fizemos na data de ontem reunião com algumas dessas ONGs, não todas,  
80 discutimos alguns pontos com eles, não estavam todas presentes, vou voltar a  
81 ressaltar. Obviamente nós reforçamos aqui o nosso entendimento da importância  
82 da participação de todos neste Conselho, das contribuições da sociedade civil. Eu  
83 até, Conselheira Flávia, pedi que resgatasse aqui na Secretaria Executiva algumas  
84 falas minhas em reuniões anteriores onde a gente inclusive fez a provocação que  
85 no nosso entendimento, esse Conselho precisa ser mais propositivo. Esse  
86 Conselho é um Conselho de formulação de políticas públicas, eu mencionei nas  
87 duas falas que nesse Plenário, enquanto eu presido nos últimos dois anos, nós  
88 recebemos algumas solicitações, de apresentação, de informações que foram  
89 apresentadas e respondidas, inclusive a gente tem uma apresentação hoje que  
90 vai abordar um pouco sobre esse assunto, mas nunca recebemos de fato assim



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

91 propostas de aprimoramento de políticas públicas, de temas que precisavam ser  
92 estruturados, seja do ponto de vista normativo, nesse Conselho, ou mesmo em  
93 ações da Secretaria. É isso que a gente gostaria de reforçar, é sobre o nosso  
94 entendimento da legitimidade desse Conselho e da importância que o Governo  
95 do Estado de Minas Gerais sempre deu a participação de todos, a escuta de todos  
96 neste Conselho e também no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Sobre a  
97 audiência pública que você se referiu, nós também participamos, fizemos questão  
98 de estar lá com todos os dirigentes do Sisema, seja o Subsecretário, estive lá  
99 representada pela Valéria, Secretária Executiva do Copam, e também como os  
100 representantes das indiretas vinculadas estiveram prontos para debater todos os  
101 pontos, eu acompanhei um pouco a reunião depois, que fica gravada no site da  
102 Assembleia Legislativa, houve uma composição de mesa e obviamente isso é uma  
103 questão da Assembleia Legislativa, mas que na nossa avaliação permitia a escuta  
104 de todos. A decisão de se retirar da Audiência Pública, foram de algumas  
105 entidades e a Audiência Pública ocorreu, inclusive com muitas contribuições  
106 importantes da sociedade civil que foram todos, a todos dado a palavra durante a  
107 Audiência Pública. Esses são os esclarecimentos que a gente gostaria de trazer  
108 aqui, mas fico à disposição, Flávia, se você quiser algum detalhamento em algum  
109 outro momento, mas na própria apresentação hoje sobre o funcionamento do  
110 Copam e os resultados do Copam nós teremos a oportunidade de ver, verificar os  
111 resultados desse Conselho com a legitimação da participação de todos que aqui  
112 são representados.” Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Obrigada,  
113 com relação a isso eu vou aguardar a apresentação e a gente continua  
114 acompanhando esse desdobramento. Obrigado, Marília.” Presidente Marília  
115 Carvalho de Melo: “Mais algum Conselheiro inscrito? Celso?” Conselheiro Celso  
116 Bandeira de Melo Ribeiro: “É só um informe, Marília. Como eu sou representante  
117 da ABRHidro aqui no Conselho a gente está organizando um evento que é o 4º  
118 Simpósio de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul, ele está com chamado  
119 de trabalho aberto até o mês de janeiro e vai ocorrer no dia 11 a 15 de abril, no  
120 ano que vem, no início do ano que vem. Eu vou deixar o link aqui no chat para



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

121 aqueles que tem o interesse no tema. Muito obrigado.” Presidente Marília  
122 Carvalho de Melo: “Reforçando a importância também da academia e desse  
123 evento da ABRHidro, assim como o Congresso da Abes que ocorrerá em Belo  
124 Horizonte, e com certeza de lá teremos muito inputs importantes para  
125 aprimoramento da Política Pública Ambiental, saneamento de recursos hídricos  
126 no Estado de Minas Gerais, com essa integração que a gente sempre muito preza  
127 com a Política Pública baseada na boa técnica, na ciência. Obrigado professor pela  
128 sua colocação no comunicado geral. Conselheiro Thiago?” Conselheiro Thiago  
129 Rodrigues Cavalcanti: “Presidente, boa tarde, obrigado. A respeito da audiência  
130 pública e dessa renúncia dessas 7 entidades do Copam, eu queria manifestar  
131 sobre alguns pontos em relação a isso, e a primeira coisa que eu acho  
132 fundamental a gente tratar aqui é que foi uma audiência pública em que todos  
133 foram convidados para participar, quem acompanhou, viu pela TV Assembleia ou  
134 pela própria transmissão da Assembleia que foram convidados todas as ONGs  
135 ambientais que se renunciaram do Copam para a mesa e foi convidada uma  
136 pessoal da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. A confusão que  
137 foi mencionada aqui na reunião de hoje foi única e exclusivamente porque  
138 aquelas ONGs ambientais que ali estavam não aceitaram discutir com outras  
139 pessoas na Mesa, não aceitaram o processo democrático de discussão dos temas  
140 ambientais naquela mesa, única e exclusivamente por isso. Todos foram  
141 convidados para se manifestar, quem saiu da reunião foram aquelas 7  
142 Organizações Não Governamentais Ambientalistas. Uma coisa muito importante  
143 que a gente precisa frisar, Presidente, é que não é um movimento uniforme de  
144 todas as ONGs Ambientalista do Estado de Minas Gerais, quem esteve lá viu duas  
145 outras ONGs se manifestarem contra esse movimento. A Zeladoria do Planeta e a  
146 Promutuca, que inclusive está aqui na reunião e eu registro os parabéns da forma  
147 como a Promutuca tem tratado esse tema e tem discutido com todos. O Copam e  
148 o CRH possuem 34 ONGs, 7 fizeram esse movimento de saída do Copam e parece  
149 que ninguém quer ouvir as outras 27, somente as 7 que fizeram a renúncia. O  
150 Conselho da Micro e Pequena Empresa e a própria Federação das Indústrias que



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

151 lá esteve representada, tem muito orgulho de participar desse colegiado, a gente  
152 entende a importância que esse colegiado tem e a forma como os temas  
153 ambientais são tratados com muita responsabilidade por este Conselho e  
154 também pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A gente tem uma forma de  
155 discussão da Política Ambiental no Estado de Minas Gerais, diferente da maioria  
156 dos estados e exemplo para muitos estados, onde a gente tem a participação da  
157 sociedade civil para votar os processos de Licenciamento Ambiental no Estado de  
158 Minas Gerais. Então eu discordo de se dizer que houve uma confusão e que por  
159 isso essas entidades não tiveram a oportunidade de manifestar. Todas estavam lá,  
160 convidadas, se decidiram se retirar foi porque não quiseram ouvir o outro lado.  
161 Registro aqui que a gente tem a Assembleia Legislativa, a casa do povo, onde  
162 todos têm que ser ouvidos em uma audiência pública. Foi o que aconteceu lá,  
163 quem não quis se manifestar saiu por vontade própria e a palavra foi aberta a  
164 todos. Então, Presidente, obrigado pela palavra e manifestando novamente a  
165 nossa discordância com a forma que isso foi tratado, por essas ONGs, renunciar é  
166 direito de todo mundo, agora temos que tratar isso com responsabilidade e  
167 entender que não é um movimento de todas as ONGs ambientalistas. Repetindo,  
168 tivemos duas lá com importantes posicionamento sobre o tema. Obrigado.”  
169 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Pergunto se tem mais algum Conselheiro  
170 inscrito? Conselheira Flávia.” Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Sem  
171 querer estender muito o assunto, porque não é o foco aqui, porque nós estamos  
172 fazendo referência a uma audiência que foi convocada pela Assembleia. Eu me  
173 referia a palavra, confusão, tumulto, porque é a forma como está expressa no  
174 próprio site da Assembleia. Se fez referência, não estou defendendo o  
175 posicionamento de um ou de outro, eu estou relatando o que me chegou,  
176 inclusive porque eu, enquanto membro do Copam, e nós, Abes, enquanto  
177 membros também do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, nós não fomos  
178 convidados. Então nós só acompanhamos os resultados depois, nós não pudemos  
179 estar presentes. É só para esclarecer isso, em função do pronunciamento do  
180 Conselheiro Thiago. Obrigada.” Presidente Marília Carvalho de Melo:



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

181 “Conselheiro João Hilário.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Eu queria  
182 aproveitar a oportunidade e me manifestar também, e se o Conselheiro Thiago  
183 permitir, eu faço dele as minhas palavras. Tem que fazer essa manifestação,  
184 porque nos sentimos honrado em participar desse Conselho e ter essa  
185 oportunidade de debater assuntos extremamente importante para todos e para a  
186 sociedade. Às vezes até temos discussões acaloradas e posicionamentos fortes,  
187 mas é necessário, isso faz parte e é extremamente importante. Reforço, é  
188 extremamente importante participarmos e atuarmos nesse Conselho.” Presidente  
189 Marília Carvalho de Melo: “Pergunto se tem mais um Conselheiro inscrito? Sem  
190 nenhum Conselheiro inscrito, eu queria inclusive propor uma inversão do item 6  
191 com o item 7, para que a gente primeiro apresentasse os resultados da atuação  
192 das unidades colegiadas do Copam em 2022 e depois a gente iria para as  
193 apresentações dos resultados das instituições do Sisema. Desculpa, eu pulei a ata,  
194 gente, desculpa. Item **4) EXAME DA ATA DA 197ª RE DE 17/11/2022**. Presidente  
195 Marília Carvalho de Melo: “Pergunto se tem algum destaque por parte dos  
196 Conselheiros? As considerações que nós recebemos previamente da Abes, Cemig,  
197 CMI e Assemg já estão contempladas. Sem manifestação, podemos colocar então  
198 a ata em votação. Semad, Marília, favorável. Conselheiro Ariel, representante da  
199 Seapa? Conselheiro Igor, representante da Secult? Conselheira Augusta,  
200 representante da SEE?” Conselheira Augusta Isabel Junqueira Fagundes:  
201 “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada Conselheira.  
202 Conselheira Camila, Seplag? Todos estão na sala, não sei se eles não estão  
203 ouvindo, estão manifestando no chat? Conselheira Daniela, SES?” Conselheira  
204 Daniela Fernandes César: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo:  
205 “Obrigada Conselheira. Conselheira Henriqueta, Seinfra? Conselheira Henriqueta  
206 Vasconcelos Lemos Correia: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo:  
207 “Obrigada. Sedese?” Conselheiro Frederico Amaral e Silva: “Favorável.”  
208 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Leorges, Segov?” Conselheiro  
209 Leorges de Araújo Rodrigues: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo:  
210 “Obrigada. Elisa, Conselheira da SEF?” Conselheira Elisa Vieira Marques Brigagão



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

211 Dias: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Major Eduardo, Cedec?

212 Conselheiro Major PM Eduardo Leal Silva: “Favorável.” Presidente Marília

213 Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Alírio, Crea/MG?” Conselheiro Alírio

214 Ferreira Mendes Junior: “Abstenção. Como consta em ata o Crea/MG, por conflito

215 de agenda, não pode participar da outra reunião. Obrigado.” Presidente Marília

216 Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Capitão Brito, PMMG?” Conselheiro

217 Capitão PM Adenilson Brito: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo:

218 “Obrigada. Conselheiro Lucas, MPMG?” Conselheiro Lucas Marques Trindade:

219 “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Hilcélia, Conselheira

220 representante ALMG?” Conselheira Hilcélia Reis Teixeira: “Favorável” Presidente

221 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Pedro, MMA? Ausente. Peço

222 aos Conselheiros que desliguem o microfone quando não estiverem fazendo uso

223 da palavra, muito obrigada. Conselheiro Rodrigo, AMM? Conselheiro Rodrigo

224 Lázaro: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro

225 Cleinis, ACMinas?” Conselheiro Cleinis de Faria e Silva: “Favorável.” Presidente

226 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Ana Paula, Faemg?” Conselheira Ana Paula

227 Bicalho de Mello: “Eu tive um problema, minha tela deu uma congelada, quando

228 apertei o levantar a mão tinha começado a votação. Eu voto favorável somente

229 com uma emenda que eu mandei pelo chat, na linha 492, ‘se possibilitado o chat

230 gera prejuízo’, sendo que na verdade é ‘se impossibilitado o chat, gera o

231 prejuízo’.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ok, Conselheira acatada a sua

232 solicitação de alteração. Conselheiro Flávio Roscoe, Fiemg? Votou no chat,

233 favorável. Conselheiro Thiago, Conselho da Micro e Pequena Empresa?”

234 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.” Presidente Marília

235 Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Afonso, Fetaemg?” Conselheiro Afonso

236 Correa Diana: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada.

237 Conselheiro Alexandre Mello, Ibram? Conselheiro Alexandre Valadares Mello:

238 “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro

239 Adriano, CMI/MG? Conselheira Flávia Mourão, Abes?” Conselheira Flávia Parreira

240 Mourão do Amaral: “Favorável.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta:





**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

241 “Desculpe que entrou uma ligação, estou fazendo pelo celular, mas o voto é  
242 favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheira Ana  
243 Beatriz, Promutuca?” Conselheira Ana Beatriz Rocholi: “Favorável.” Presidente  
244 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Professor Carlos Wagner, Conselheiro pelo  
245 Cefet? Favorável pelo chat. Uemg, Professor Thiago Torre, ausente. Luis Antônio  
246 Coimbra Borges, Conselheiro representante da Ufla?” Conselheiro Luis Antônio  
247 Coimbra Borges: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada.  
248 Conselheiro João Augusto, Assemg?” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza:  
249 “Favorável. Eu gostaria que fossem incorporados pequenos acertos, eu não vi a  
250 Ata hoje, mas se possível com os acertos, por favor.” Presidente Marília Carvalho  
251 de Melo: “Foi feito Conselheiro o que nós recebemos previamente. Conselheiro  
252 Rafael, OAB/MG?” Conselheiro Rafael Lopes Nappo: “Meu voto é favorável.”  
253 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Professor Celso, Conselheiro da  
254 ABRHIDRO?” Conselheiro Celso Bandeira de Melo Ribeiro: “Favorável.” Presidente  
255 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Seapa, pergunto se a  
256 Conselheira da Seapa está?” Conselheira Ariel Chaves Santana Miranda:  
257 “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheira Camila  
258 Barbosa Neves, Seplag? Na sala, mas ausente no momento da votação. Sedese,  
259 desculpa, Conselheira Mariana Franca? No chat, favorável. Obrigada. Então nós  
260 temos a ata aprovada com as alterações enviadas, 29 votos favoráveis, uma  
261 abstenção justificada e 6 ausentes. Agora sim, nós temos o item 5, 6 e 7, e eu  
262 queria propor uma inversão de pauta que a gente começasse pela apresentação  
263 dos resultados do COPAM com o nosso item 7 da pauta. **7) ATUAÇÃO DAS**  
264 **UNIDADES COLEGIADAS DO COPAM EM 2022. APRESENTAÇÃO: SEMAD.**  
265 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Passo a palavra à Secretária Executiva,  
266 Valéria Cristina Rezende, que fará a apresentação.” Valéria Cristina Rezende,  
267 Secex/Semad: “Nós vamos fazer uma apresentação da atuação das unidades  
268 colegiadas do Copam no ano de 2022. Vamos fazer uma breve introdução,  
269 informando que o Copam foi instituído pelo Decreto nº 18.466, de 29 de abril de  
270 1977, e rege, dentre outras normas, pela Lei nº 21.972/2016, que dispõe sobre o



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

271 Sistema Estadual do Meio Ambiente contemplando nesta lei a estrutura, os  
272 órgãos e entidades que compõe o Sisema, dentre as quais está o Copam. Pelo  
273 Decreto Estadual nº 46.953, de 2016 também, que dispõe sobre a organização do  
274 Copam. E o Copam é um órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo,  
275 subordinado administrativamente à Semad, por meio da Lei nº 23.304/2019, essa  
276 lei estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais,  
277 sendo o seu Presidente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do  
278 Desenvolvimento Sustentável. Dentre as principais competências, em  
279 conformidade com a Lei nº 21.972 e o Decreto nº 46.953, que dispõem sobre  
280 organização do Copam, nós temos aprovar normas relativas ao licenciamento e as  
281 autorizações para intervenção ambiental, definir os tipos de atividade ou  
282 empreendimento que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito  
283 local, decidir, por meio de suas Câmaras Técnicas, sobre processo de  
284 licenciamento ambiental de atividades ou empreendimento, quais sejam de  
285 médio porte e grande potencial poluidor, grande porte e médio potencial  
286 poluidor ou de grande porte e grande potencial poluidor. Atuar conscientizando a  
287 sociedade acerca da necessidade de participação no processo de proteção,  
288 conservação e melhoria do meio ambiente, com vistas ao uso sustentável dos  
289 recursos naturais. Orientar os interessados e o público em geral quanto à  
290 aplicação de normas e padrões de proteção ambiental. Avaliar e acompanhar o  
291 desenvolvimento das políticas públicas de meio ambiente por meio da  
292 consolidação de indicadores ambientais propostas pelos órgãos e entidades  
293 integrantes do Sisema. Atuar de forma articulada com os comitês de bacias  
294 hidrográficas. É bom ressaltar também as competências do Plenário dentro as  
295 quais eu destaco que é formulação de política de conservação dos recursos  
296 naturais e o desenvolvimento das políticas de educação ambiental. E nesse  
297 sentido eu venho reforçar o que a Secretária Marília vem ressaltando nas  
298 reuniões no Plenário, nas quais ela preside, a importância da sociedade civil, a  
299 importância dos Conselheiros do Plenário apresentarem propostas de políticas  
300 públicas que possam contribuir com o Sisema, na formulação destas políticas.



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

301 Agora já passando para os resultados mesmo de 2022, os processos pautados nas  
302 reuniões das unidades colegiadas, aqui mais especificamente nas Câmaras  
303 Técnicas e na CNR, tendo em vista que esses dados estão consolidados até  
304 novembro, porque agora que nós estamos fechando a pauta de dezembro. Então  
305 verifica-se que até novembro foram pautados 525 processos, tendo destaques  
306 para a Câmara de Proteção a Biodiversidade em Áreas Protegidas, em um total de  
307 209 processos, isso se deve muito ao fato de exame de processo de compensação  
308 ambiental, que seja conforme o ano de 2022, ou decorrente de instalação de  
309 empreendimentos minerários. Depois temos o outro destaque que é da Câmara  
310 de Atividades Agrossilvipastoris, com 82 e tendo como o menor número, mas  
311 expressivo também, a CIF. Dentre esses processos pautados, esse gráfico ilustra  
312 bem que 40% foram pautados na CPB. Fala-se muito na questão da Câmara de  
313 Atividades Minerárias, mas de acordo com essas informações, com esse gráfico,  
314 somente 10% do total de processos pautados nas Câmaras Técnicas se referem à  
315 Câmara de Atividades Minerárias. Uma outra informação importante é com  
316 relação aos votos, nós fizemos uma separação por Câmara Técnica, verifica-se  
317 que na CPB, nós tivemos tanto do Poder Público quanto da sociedade civil uma  
318 semelhança muito grande em termos de votos favoráveis, claro, tivemos um  
319 pouco de votos contra, mas que não tem uma forma tão significativa assim tendo  
320 em vista o número de votos favoráveis. Nesse sentido, 92% dos votos foram  
321 favoráveis, tendo apenas 2% de votos contra. Na CAP também tivemos uma  
322 equiparação, na realidade, praticamente total, porque não tivemos nenhum voto  
323 contra até agora em nenhum processo que foi pautado, o que trouxe uma  
324 diferença com relação ao favorável de 94% é porque nós tivemos Conselheiros  
325 ausentes no momento da votação ou ausente na reunião, razão pela qual nós  
326 temos essa diferença no percentual. CID também nós tivemos grande parte da  
327 realidade, praticamente quase totalidade dos votos favoráveis pela sociedade  
328 civil, e totalmente favorável pelo Poder Público. Na CMI nós tivemos, pelo Poder  
329 Público, 292 votos favoráveis sendo 6 contra, e na sociedade civil 273 votos  
330 favoráveis com 18 contrários, e claro, tem também 30 ausentes da votação, 12



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

331 ausentes na reunião e tivemos também 1 impedimento no momento da votação,  
332 se declarou impedido de votar. Na CIF nós tivemos também pelo Poder Público a  
333 maioria de votos favoráveis e um número significativo de votos favoráveis  
334 também pela Sociedade Civil representando em votos favoráveis 90,32% na  
335 análise global. Na CNR, nós tivemos no Poder Público 58 votos contra, com 616  
336 favoráveis, a Sociedade Civil com um número mais expressivo de votos contrários  
337 aos processos. Isso pelo levantamento que nós fizemos se deve ao fato dos Autos  
338 de Infração com relação à prescrição intercorrente que o Estado ainda não  
339 reconhece esse fato. Essa tela mostra um compilado de como foram os votos,  
340 favoráveis e contras. Então pode-se observar que grande parte dos processos, ou,  
341 podemos falar, quase a sua maioria, excetuando a CNR, nós tivemos acima de  
342 90% de votos favoráveis. A CNR pelos motivos que eu acabei de manifestar. Essas  
343 foram as deliberações que foram aprovadas pelo Copam, registro que todas essas  
344 normas foram propostas pelo Sisema, não havendo nenhuma proposição por  
345 parte da sociedade civil. Nós aprovamos na última reunião do Plenário do Copam,  
346 realizada no dia 17 de novembro o novo Regimento Interno, aprovado com  
347 alterações, essa deliberação foi publicada com a número de 247. Na Câmara  
348 Normativa e Recursal, na reunião de janeiro de 2022 foi pautada a Deliberação  
349 Normativa que dispõe sobre os critérios para implantação e operação de aterros  
350 sanitários em Minas Gerais, ela foi aprovada também com alterações e o número  
351 da deliberação é 244. Na reunião de março, a deliberação que estabelece prazo  
352 para a regularização ambiental de sistema de tratamentos de água também  
353 aprovada com o número de 245. Em maio, alteração da DN Copam nº 217,  
354 prevendo que as atividades e empreendimentos que impliquem em supressão de  
355 vegetação nativa primária ou secundária em estágios médio e/ ou avançado de  
356 regeneração, pertencente ao bioma Mata Atlântica, deverão se regularizar por  
357 meio de LAC-1, também aprovada com o número de 246. Dentre as  
358 apresentações realizadas, tanto aquelas que foram propostas pelo Sisema e  
359 aquelas que foram propostas pelos Conselheiros, nós temos no Plenário 10  
360 apresentações, assim como tivemos na Câmara de Política de Energia e Mudanças



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

361 Climáticas, 6 apresentações, e como se vê, em média 3 apresentações nas demais  
362 Câmara Técnicas e duas apresentações nas URCs. Então desse total de 58  
363 apresentações, 40 apresentações foram propostas pelo Sisema, sendo 18  
364 propostas por Conselheiros atendendo a solicitações. Dentre essas propostas de  
365 temas para as apresentações, propostas pelo Sisema foi a política de gestão de  
366 barragem de rejeito e segurança de barragem, o Programa de Concessão de  
367 Parques Estaduais. COP 26 – Os Desdobramentos e as ações subsequentes. Plano  
368 de Ação de Combate ao Desmatamento Ilegal. Coleta Seletiva. Projeto de  
369 Otimização da Regularização Ambiental. Licenciamento Ambiental. Aspectos de  
370 Espeleologia no Licenciamento Ambiental. Audiência Pública no Licenciamento  
371 Ambiental. Esse mais especificamente, na Câmara de Atividades Minerárias,  
372 visando o aprimoramento dos Conselheiros neste tema. Ação Climática Estadual:  
373 Caminhos para o Enfrentamento e a Neutralidade. Selo Verde. Diálogos com o  
374 Sisema, que retomamos a partir de outubro. E as propostas pelos Conselheiros  
375 são Políticas Públicas para a Fauna Doméstica no Estado de Minas Gerais.  
376 Licenciamento Ambiental. Avaliação Ambiental Integrada de Aproveitamentos  
377 Hidrelétricos. Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, que foi alterada pela  
378 Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.162, que dispõe sobre os processos de  
379 autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais.  
380 Esses temas foram realizados 16 apresentações nas Câmaras Técnicas e assim  
381 como nas URCs. E a infraestrutura de dados espaciais, o IDE, que também com o  
382 número expressivo de apresentações, sendo realizadas 14 apresentações.  
383 Tivemos também as capacitações dos Conselheiros que estão disponíveis no  
384 “Trilhas do Saber” com o objetivo de favorecer a compreensão das estruturas do  
385 Copam, abordando conceitos, bases legais, os fundamentos, os princípios, sendo  
386 esse Regimento Interno que agora estamos em fase de atualização deste curso,  
387 tendo em vista a aprovação do novo Regimento Interno, e esse curso é um curso  
388 introdutório, teórico que foi estruturado nos seguintes módulos: definição e  
389 papel do Sisema, Semad, Copam. Competência das unidades colegiadas, a  
390 importância social do Copam, as atribuições e papel dos Conselheiros e o código



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

391 de Conduta Ética do Agente Público. Regimento Interno, reuniões do Copam e  
392 informações complementares. Depois vem o curso mais prático para os  
393 Conselheiros, que foi estruturado da seguinte forma: o que fazer antes da  
394 reunião. Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA. O que fazer durante as  
395 reuniões. O que fazer depois das reuniões. Isso no sentido de dar uma maior  
396 segurança aos Conselheiros para participação nas reuniões das unidades  
397 colegiadas do Copam. Não temos o slide das demandas propostas pelos  
398 Conselheiros, mas no levantamento que nós fizemos, praticamente todas as  
399 demandas foram atendidas, nós temos 95% das demandas atendidas. O Núcleo  
400 dos Órgãos Colegiados tem um servidor específico que após a realização das  
401 reuniões verifica, escuta, todas as gravações para identificar quais foram as  
402 demandas, encaminhamos para as respectivas áreas competentes para resposta e  
403 quando a gente não responde por e-mail, formalmente, elas são respondidas nas  
404 respectivas reuniões que foram solicitadas. Obrigada, estou à disposição para  
405 qualquer esclarecimento.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Algum  
406 Conselheiro gostaria de se manifestar sobre a apresentação? Sem manifestação,  
407 vamos ao próximo item de pauta. **5) GESTÃO DA FUNA SILVESTRE EM MINAS**  
408 **GERAIS. APRESENTAÇÃO: INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS.** Presidente  
409 Marília Carvalho de Melo: “Apresentação: Diretora Adriana Spagnol. Essa  
410 inclusive é uma demanda que foi apresentada pela Conselheira Maria Dalce, em  
411 uma Reunião Ordinária do Copam, Maria Teresa. As duas, a Vânia está me  
412 falando. A gente traz agora a apresentação pelo Instituto Estadual de Florestas.”  
413 Adriana Spagnol, IEF: “Boa tarde a todos. Boa tarde, Secretária Marília, em nome  
414 de quem eu cumprimento todos aqui presentes, cumprimento também a todos os  
415 Conselheiros que estão participando dessa reunião, a quem eu agradeço pela  
416 oportunidade de estarmos aqui falando sobre a política de proteção à fauna no  
417 Estado de Minas Gerais. Boa tarde também a todos aqueles que estão nos  
418 acompanhando pelo YouTube. Então nós vamos trazer aqui as ações que são  
419 praticadas pelo Estado no que se refere a gestão da fauna silvestre. Vamos iniciar  
420 falando sobre a diretrizes legais, falando um pouco das nossas competências para



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

421 que nós possamos conhecer aquilo que é a nossa atribuição, aquilo que é a nossa  
422 responsabilidade, até onde vai os nossos limites. Então com relação as Diretrizes  
423 Gerais as competências do estado para atuar em relação a fauna, tanto no que diz  
424 respeito à competência legislativa quanto a competência administrativa, elas  
425 estão previstas no texto da Constituição Federal. Nós sabemos que para fins  
426 disciplinar, as competências dos entes federativos, a Constituição Federal, ela traz  
427 a distribuição das competências legislativas que estão previstas tanto no artigo nº  
428 21 quanto artigo nº 24 da Constituição Federal. Há previsão de competências  
429 privativas nesse sentido, de competências concorrentes no que se refere a  
430 legislação na matéria Fauna, a Constituição Federal, ela atribui a competência  
431 concorrente para União e os estados membros, cabendo a União a edição das  
432 normas gerais e aos estados membros a edição das normas específicas sobre o  
433 tema fauna. Temos também a distribuição das competências administrativas, em  
434 duas, competências exclusivas, atribuídas a união e as competências comuns, no  
435 que se refere então as atividades administrativas, voltadas a conservação e  
436 preservação dos recursos faunísticos, nós temos a atribuição da competência  
437 comum, a união, estados e aos municípios. Então, dentro dessa previsão de  
438 competências atribuídas pela Constituição Federal, nós temos a edição da Lei nº  
439 14.181 de janeiro de 2022 que prevê a política estadual de proteção a fauna  
440 silvestre e aquática no Estado de Minas Gerais. Temos também a distribuição das  
441 competências administrativas prevista na Lei Complementar nº 140, que é uma  
442 Lei Federal, onde se atribui competências administrativas para os estados  
443 membros e temos também a previsão do Decreto de competências do IEF que  
444 prevê no artigo 5º como competência do IEF, desenvolver e implementar as  
445 políticas florestal e de biodiversidade do estado, visando à manutenção do  
446 equilíbrio ecológico, à conservação, à preservação, ao uso sustentável e à  
447 recuperação dos ecossistemas, com atribuições de, conforme o seu inciso IX,  
448 promover a preservação, a conservação e o uso racional dos recursos faunísticos,  
449 bem como o desenvolvimento de atividades que visem a proteção da fauna  
450 silvestre, terrestre e aquática. É atribuída então à Diretoria de Fauna, a Diretoria



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

451 de Proteção tem como competência coordenar, planejar, orientar e monitorar à  
452 aplicação de políticas e normas para o uso sustentável da fauna silvestre no  
453 estado, bem como as ações, planos, programas e projetos para a sua conservação  
454 e recuperação. Antes da gente iniciar a fala sobre as ações específicas que são  
455 desenvolvidas nessa política estadual de proteção à fauna, é importante a gente  
456 falar um pouco do objeto dessa proteção, que é a fauna silvestre. O que seria  
457 então esse objeto de proteção? São as espécies nativas, migratórias e quaisquer  
458 outras, aquáticas ou terrestres, que tenham a sua vida ou parte dela ocorrendo  
459 naturalmente dentro dos limites do território brasileiro e suas águas  
460 jurisdicionais. Nós temos como Biomas presentes em Minas Gerais o Cerrado e a  
461 Mata Atlântica, ambos são *hotspots* de biodiversidade, o que significa dizer que  
462 são regiões terrestres mais ricas do ponto de vista biológicos e também as mais  
463 ameaçadas. Dentro disso do que seria esse objeto de proteção nós temos  
464 algumas peculiaridades da gestão da fauna silvestre, a primeira delas é que o  
465 registro da ocorrência da fauna silvestre é um registro de grande complexidade, o  
466 que vai trazer uma gestão ampla com diversas frentes, tendo em vista a grande  
467 diversidade de espécies com particularidades de cada classe, tendo em vista  
468 também a presença de espécies migratórias, o que vai ensejar a necessidade  
469 diversas ações voltadas à proteção, conservação, tratamento, reabilitação e  
470 reintrodução desses animais. Quando a gente diz que o registro do animal  
471 silvestre é complexo, é porque o animal está solto. Então ele se move no  
472 território. Além disso, trata-se de uma gama muito variada de espécies de forma  
473 que o registro vai necessitar atividades de campo com instalação de câmaras,  
474 observações diretas e, por fim, alguns casos também o tombamento dessas  
475 espécies em coleções biológicas. Nós temos um gráfico que foi retirado do  
476 Sistema Brasileiro de Biodiversidade Brasileira, e esse gráfico é interessante  
477 porque a gente pode fazer uma pesquisa, e a gente explore as espécies por  
478 categoria taxonômicas, e vamos verificar que dentro de Minas Gerais que nós  
479 temos catalogadas um número maior de espécie de flora que são no gráfico  
480 representado pelo azul, do que de espécies de fauna, isso advém justamente pela





**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

481 dificuldade de catalogação da fauna em face da flora, a flora está no mesmo  
482 lugar, está fixa. Então a catalogação dela é muito mais fácil do que da fauna  
483 silvestre, que como nós dissemos ela se move. Então ela tem uma complexidade  
484 maior de catalogação do que a própria flora. Então dito isso, a gente adentra  
485 agora as ações das políticas públicas, vamos falar dentro dessas ações que vem  
486 sendo praticadas algumas entregas que depois vão ser também mais bem  
487 detalhadas pela Diretoria Geral. Então dentro das atividades que nós temos que  
488 desenvolver para a política, para o exercício da política de proteção a fauna  
489 silvestre nós vamos encontrar as atividades relativas à publicação e as revisões  
490 normativas. Em 2022 nós tivemos a revisão de normas de pesca amadora, é uma  
491 Minuta de Portaria que já está para ser publicada, essa revisão foi necessária para  
492 fins de adequar a normativa que a gente tem, ao novo sistema que está sendo  
493 lançado esse ano, do MGPesca. Esse sistema vai permitir que são expedidas as  
494 carteirinhas de pesca através do portal Ecosystemas. Hoje ela é expedida através  
495 do site, por meio do Siam, mas isso não permite que a gente tenha algumas  
496 funcionalidades, a extração de algumas informações que o sistema não dá. Então  
497 nós estamos lançando um novo sistema ainda esse ano e para adequar a  
498 normativa que a gente tem a esse sistema, houve então a necessidade de revisão  
499 dessas normas da pesca amadora. Tivemos também a elaboração de termos de  
500 referência para o manejo de fauna em áreas de intervenção ambiental, em  
501 atendimento à Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, que foi depois alterada  
502 pela nº 3.162. Então esses termos de referências foram elaborados pelo IEF já  
503 estão também em vias de serem inseridos no site. Elaboração de Termo de  
504 Referência para a implementação de programas de proteção à fauna silvestre no  
505 âmbito da implantação e operação de empreendimentos de infraestrutura de  
506 transporte, em parceria com o DER. Esse termo também já está em fase de  
507 elaboração e deve ser liberado ainda esse ano. Com relação às ações voltadas aos  
508 sistemas, nós temos o desenvolvimento e lançamento do novo sistema de  
509 licenças de pesca amadora, que como eu disse, vai estar dentro do Ecosystemas.  
510 Digitalização dos processos de manejo de fauna aquática, houve a necessidade da



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

511 criação de documentos padrões para permitir a funcionalidade no SEI, para fins  
512 de licenciamento ambiental. Há também a previsão de lançamento do REC fauna  
513 aquática, houve o desenvolvimento da ferramenta de baixa de empreendimentos,  
514 nós temos esse sistema, que é um sistema utilizado para cadastro e registro,  
515 estamos incluindo esse ano o lançamento dessa ferramenta de baixa de  
516 empreendimentos e estamos prevendo para o ano que vem o lançamento da  
517 ferramenta analítica dentro desse sistema. Vamos falar um pouco do CETRAS  
518 também, que tem a ver com outra atividade da política voltada para proteção da  
519 fauna silvestre. Agora a atividade de reabilitação e soltura de animais silvestres,  
520 nós temos um mapa que vai demonstrar as áreas prioritárias para implementação  
521 de CETRAS em Minas Gerais. Essas áreas prioritárias elas foram definidas  
522 considerando os dados de apreensão de animais silvestres pela polícia militar em  
523 2008. Então com base nesses dados nós fizemos esse levantamento e esse mapa  
524 de áreas prioritárias para implementação e implantação de CETRAS no Estado de  
525 Minas Gerais. Esse outro mapa é de distribuição de Centros de Triagens em Minas  
526 Gerais, tanto aqueles já implantados quanto aqueles em fase de implementação e  
527 aqueles que estão planejados para serem implantados. Atualmente nós temos 5  
528 CETRAS implantados, quais sejam de BH, Juiz de Fora, Montes Claros, cuja gestão  
529 é compartilhada com o Ibama, e também temos o CETRAS de Divinópolis e Patos  
530 de Minas, cuja gestão é somente do IEF. Temos em fase de implantação com  
531 inauguração prevista para 2023 mais dois CETRAS, que são inaugurados em 2023,  
532 que são o CETRAS de Gouveia e Januária. Temos, dentro do nosso planejamento,  
533 a previsão de outros CETRAS quais sejam de Uberlândia, Valadares e Lavras, que  
534 deverão ser inaugurados em 2025. É importante ressaltar que nós temos também  
535 dentro do nosso planejamento a previsão de construção de uma nova estrutura  
536 para Montes Claros, nós vamos ampliar a estrutura de Montes Claros, e a  
537 inauguração dessa nova estrutura está prevista para 2024, e também temos que  
538 ressaltar aqui o CETRAS de Paracatu, é um CETRAS particular da Amda, que está  
539 em fase final de construção, o IEF está aguardando a comunicação de finalização  
540 da obra para que a gente possa fazer a vistoria, para fins de expedição da



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

541 autorização de manejo e há um termo assinado com o IEF que prevê que após a  
542 finalização da obra, uma vez que já esteja inaugurado esse CETRAS ele vai ser  
543 gerido durante um ano pela Amda e após esse período a gestão passaria a ser do  
544 IEF. Então a gestão está prevista para passar para o IEF em 2024. Nós temos um  
545 gráfico que demonstra o quantitativo de CETRAS em 2022, 2023, 2024 e 2025. Em  
546 2025 a gente prevê que nós estejamos com 12 CETRAS dentro do Estado de Minas  
547 Gerais voltados a reabilitação e soltura de animais silvestres. Nós temos um outro  
548 gráfico que demonstra o recebimento, a triagem, a reabilitação de animais  
549 silvestres e o quantitativo de animais reintegrados. Então nós verificamos em  
550 2022 que nós recebemos um quantitativo de cerca de 8.000 animais, esse  
551 levantamento foi feito até outubro e nós reintegramos cerca de 63% desses  
552 animais a natureza. Nós recebemos, para ser mais exata, para tratamento, 8.189  
553 animais até outubro e reintegramos ao ambiente natural, 5329 animais, o que  
554 perfaz um quantitativo de 63% de animais soltos. De novo o gráfico que vai  
555 representar os animais recebidos em 2022 e os reintegrados em 2022, como eu  
556 disse um recebimento de 8.189 e reintegração de 5329 animais a natureza. Outro  
557 programa que a gente desenvolve é o programa ASAS, que são o cadastro de  
558 áreas de soltura de animais silvestres, esse é um projeto que está ligado ao  
559 anterior, que é CETRAS, porque quando a gente reabilita esses animais, a gente  
560 precisa de reintegrá-los a natureza e a gente faz a reintegração por meio dessas  
561 áreas de soltura. Nós temos hoje um total de 74 áreas de solturas cadastradas,  
562 elaboramos também esse ano um atlas de mapeamento dessas áreas de soltura  
563 de aves e mamíferos para as URFBios por meio dos documentos Destinação de  
564 Animais Silvestres em Minas Gerais: 2ª Edição – Avifauna e Destinação de Animais  
565 Silvestres em Minas Gerais: 3ª Edição – Mamíferos. A gente pretende depois fazer  
566 a divulgação desses atlas inclusive para ajudar também a própria fiscalização na  
567 soltura desses animais. Dentro desse projeto ASAS é importante falar de um outro  
568 projeto muito interessante que nós temos é o projeto TAMANDUASAS, esse  
569 projeto foi criado pelo IEF em 2017 tendo em vista a crescente necessidade de  
570 reabilitação e soltura de tamanduás-bandeira, sobretudo na região do Triângulo e



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

571 Patos de Minas. Inicialmente esse projeto era voltado para o cadastro de áreas e  
572 construções de recintos nessas áreas para soltura dos tamanduás reabilitados.  
573 Esse projeto é desenvolvido em parceria com o Ministério Público e com a  
574 operação técnica de organizações sociais como a NOBILES e ICAS, e também com  
575 a participação de universidades. Atualmente esse projeto expandiu o seu escopo  
576 para possibilitar ações que envolvem o cuidado dessa espécie, que vão desde a  
577 sua reabilitação e sua soltura monitorada, o que é feito através de coletores  
578 rastreadores. Dessa forma a equipe consegue avaliar a sobrevivência e adaptação  
579 dos tamanduás em vida livre. O projeto envolve também ações de educação  
580 ambiental voltadas a proteção e conservação dos tamanduás. Essas ações, é  
581 importante que se diga, elas estão dentro do plano nacional de conservação do  
582 tamanduá-bandeira no Brasil, e esse projeto TAMANDUASAS é pioneiro em nível  
583 nacional, sendo que as ações e os resultados dele serão objeto de protocolo que  
584 irá orientar outras instituições que recebem essa espécie. Nós temos também um  
585 mapa das 74 áreas de soltura em Minas Gerais, não sei se está dando direito,  
586 esses pontinhos verdes são as áreas de solturas que nós temos cadastradas.  
587 Dentro da Política de Proteção da Fauna Silvestre nós desenvolvemos também  
588 atividades de gestão e monitoramento de empreendimentos e outras atividades  
589 relacionadas à fauna silvestre. Então nós tivemos em 2022 a emissão/renovação  
590 de 71.364 autorização para criação amadora de passeriformes. Emissão de 21.853  
591 carteiras de pesca amadora. Emissão e renovação de 81 autorizações de manejo  
592 de fauna silvestre terrestre e aquática, no âmbito do Licenciamento Simplificado  
593 ou empreendimentos não passíveis de licenciamento. Emissão e renovação de 32  
594 autorizações de uso e manejo de fauna silvestre terrestre em cativeiro. Também  
595 devemos falar da lista vermelha da fauna ameaçada, nós estamos acompanhando  
596 todo o procedimento que é feito, a coordenação da avaliação de risco de extinção  
597 é feito pelo IEF, custeio pela VALE, todo o processo de contratação e elaboração  
598 da lista é acompanhada pelo IEF para garantir a confiabilidade da lista. Esse ano  
599 nós fizemos a elaboração do Termo de Referência para confecção das listas  
600 oficiais de espécies de fauna e flora ameaçadas. Fizemos também a capacitação



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

601 de servidores para que eles possam fazer essa avaliação de risco de extinção feito  
602 pela IUCN. Dentro das atividades voltadas à proteção da fauna silvestre nós temos  
603 a coordenação e articulação do IEF nos planos de ação territoriais, essa  
604 articulação ela é feita pelo IEF através da DFAU, Diretoria de Proteção a Fauna e  
605 também da Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas. Nós temos  
606 três planos de ação territorial, Espinhaço Mineiro, onde nós deslumbramos 5  
607 espécies alvos de fauna a serem protegidas e como na área nós temos outras  
608 espécie, nós temos então a previsão de 224 espécies que vão ser beneficiadas  
609 indiretamente por esse plano de ação territorial. Temos também o Plano  
610 Capixaba Gerais, onde nós deslumbramos quatro espécies alvos de proteção e  
611 mais 48 espécies que vão ser beneficiadas indiretamente. E o Veredas Goyas-  
612 Geraes com 5 espécies alvos de proteção e 20 espécies beneficiadas  
613 indiretamente, e o IEF participa dessa coordenação e dessa articulação. Temos  
614 também os planos de ação nacional, onde nós também temos ações de  
615 articulação e colaboração do IEF. A finalidade é auxiliar a implementação das  
616 ações de conservação da biodiversidade no Estado de Minas Gerais, priorizadas  
617 pelos referidos planos de ação, dessa forma nós temos a representação do IEF  
618 junto ao ICMBio. Neste ano a DFAU participou de 6 oficinas de elaboração e  
619 monitoramento de 7 planos de ações nacionais, quais sejam o São Francisco, Alto  
620 Paraná, Aves da Mata Atlântica, Rivulídeos, Herpetofauna, Polinizadores e  
621 Papagaios. Temos também as ações de conservação que são praticadas. Dentro  
622 das ações de conservação nós tivemos a publicação da revista científica MG Biota.  
623 Essa revista ela é elaborada pela DIUC com a participação da DFAU. Elaboração e  
624 execução do projeto piloto de resgate de fauna em caso de incêndio florestais  
625 em UCs. Estamos com a previsão de ampliação desse projeto, fizemos um piloto e  
626 devemos ampliar agora em 2023 para todas as unidades de conservação. Ainda  
627 dentro das ações de conservação nós temos a elaboração do protocolo nacional  
628 de monitoramento e mitigação de fatalidades de anfíbios em rodovias em  
629 parceria com o ICMBio. Elaboração do diagnóstico de translocação de fauna  
630 silvestre do Brasil, em parceria com a Abema. Elaboração junto com o ICMBio do



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

631 Programa de Manejo Populacional para o Bugio Ruivo. Atualização da seção  
632 referente a fauna do Plano Estadual de Conservação e Recuperação da Mata  
633 Atlântica. Temos ações também relativas aos desastres ambientais. Então com  
634 relação ao desastre do Rio Doce nós temos a consolidação do plano de ação para  
635 conservação da biodiversidade aquática da Bacia do Rio Doce. Supervisão da  
636 execução do plano de ação para conservação da biodiversidade terrestre da Bacia  
637 do Rio Doce. Supervisão da implantação do programa de monitoramento da  
638 Fapemig. Supervisão do processo de renaturalização do Rio Gualaxo. Elaboração  
639 do conteúdo de fauna silvestre do Caderno Institucional 7 anos do desastre do rio  
640 doce. Com relação ao desastre de Brumadinho. Coordenação da implantação do  
641 Programa de Diagnóstico de Danos Ambientais sobre Meio Biótico. Supervisão do  
642 manejo de Rejeitos e do Plano de Controle Ambiental de Obras Emergenciais.  
643 Elaboração de diretrizes quanto à restauração de ecossistemas aquáticos da Bacia  
644 do Ferro Carvão. Elaboração do conteúdo de fauna aquática e terrestre do  
645 caderno de 4 ano do desastre do Paraopeba. Elaboração do Termo de Referência  
646 para elaboração do Ordenamento e Zoneamento Pesqueiro da Bacia do São  
647 Francisco. Políticas Públicas previstas para 2023. Com relação à publicação e  
648 revisão normativa nós temos a previsão de portaria para disciplinar o manejo de  
649 abelhas silvestres. Portaria para disciplinar a criação amadorista de passeriformes.  
650 Revisão de normas – pesca científica e manejo na regularização ambiental,  
651 pesquisa e outras finalidades. Além dessas também, minuta, elaboração de uma  
652 minuta de lei para instituição da política estadual de proteção a fauna silvestre e  
653 terrestre em Minas Gerais, e minuta da Portaria das categorias de uso e manejo  
654 da fauna em cativeiro. Com relação a ações de conservação da fauna, expansão  
655 do projeto de resgate de fauna em incêndios florestais, que a gente fez o piloto  
656 esse ano e a previsão é de expandir para todas as unidades de conservação.  
657 Desenho e contratação do Projeto de revitalização de ecossistemas aquáticos na  
658 Bacia do Rio Doce. Listas vermelhas, abertura do edital para submissão de  
659 propostas e início da execução dos trabalhos, para o ano que vem, esse ano já foi  
660 feito o TR. Termo de Referência do plano de ação conservação da ictiofauna do



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

661 São Francisco. Unificação da gestão dos dados de ocorrência de biodiversidade  
662 das diversas fontes. Programa de educação ambiental sobre fauna silvestre a nível  
663 estadual. Com relação ao CETRAS, assinatura de Termo de Parceira para gestão de  
664 CETRAS. Assinatura de Termo de Parceria para gestão de CETRAS. Assinatura de  
665 Termos de Cooperação com ONGs/ Universidades para recebimento e  
666 atendimento emergencial de animais silvestres. Inauguração dos CETRAS de  
667 Gouveia e Januária. Revisão do procedimento para cadastramento de áreas de  
668 solturas, para fins de ampliação do projeto ASAS. Com relação ao sistema nós  
669 estamos prevendo para 2023 a conclusão do módulo analítica da Fauna Aquática,  
670 hoje nós temos o módulo de cadastro e registro e a previsão do módulo analítico.  
671 É isso, e agradeço mais uma vez a oportunidade para apresentação das nossas  
672 políticas voltadas à proteção da fauna silvestre e assim que for possível estamos a  
673 disposição para tirar alguma dúvida que surja.” Presidente Marília Carvalho de  
674 Melo: “Pergunto se tem algum Conselheiro inscrito, das considerações sobre a  
675 apresentação realizada pelo IEF. Nenhum Conselheiro inscrito. Obrigada Adriana,  
676 pela apresentação. Passamos ao nosso item 6 da pauta de hoje. **6) PRINCIPAIS**  
677 **REALIZAÇÕES DO SISEMA – GESTÃO 2022. APRESENTAÇÃO: SECRETARIA DE**  
678 **ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD);**  
679 **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM); INSTITUTO ESTADUAL DE**  
680 **FLORESTAS (IEF); INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM) E**  
681 **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE**  
682 **ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ARSAE-MG).**  
683 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Vou iniciar a apresentação pelo Presidente  
684 da Arsaie, Antônio Claret, que fará a apresentação sobre essa entidade. A palavra  
685 é sua. Antônio Claret de Oliveira Júnior, Arsaie: “Obrigado, Secretária, boa tarde  
686 aos Conselheiros do Copam, aos colegas de Sisema. Nós trouxemos um balanço  
687 especialmente do ano de 2022, todo ano a gente está aqui no final do ano  
688 fazendo a apresentação do ano. A Arsaie, eu vou ficar uma pequena introdução,  
689 porque como nós não somos frequentes aqui no Copam, muita gente não  
690 conhece. A Arsaie é uma instituição relativamente pequena, tem cerca de 120



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

691 servidores, desses, 40 são efetivos, atualmente estamos com 6 EPPGGs e 25  
692 estagiários. Com relação à ouvidoria, está um pouco longe, mas eu vou falar para  
693 quem estiver longe, eu achei que fosse ficar maior a apresentação, mas o que  
694 importa desse slide é a questão de atendimento da nossa ouvidoria, a Arsae tem  
695 a ouvidoria, diga-se de passagem, com o ouvidor com mandato, o ouvidor da  
696 Arsae tem mandato de 2 anos, e a média de atendimentos nosso, anual, na  
697 ouvidoria até 2019, que foi quando assumimos era de cerca de 1500, 1600  
698 atendimentos por ano. Hoje estamos batendo praticamente 7000 atendimentos  
699 por ano desde que assumimos em 2020, é uma média que continua inclusive  
700 agora em 2022, isso foi possível por algumas melhorias como a inclusão no MG  
701 App, aquele aplicativo do estado, um site que vive sendo atualizado de uma  
702 forma que ele realmente tenha uma interação mais amigável. O 0800 para fixo e  
703 celular, que acreditem, não existia. Metodologia de riscos, contratação de  
704 teledigifonistas e também uma automatização em algumas respostas. A Arsae fez,  
705 apenas a título de conhecimento, com o novo marco, a gente tem a entrada do  
706 privado de forma muito mais forte. Então a Arsae, até se antecipando, desde que  
707 houve o novo marco, especialmente em 2022, ela assinou o convênio com dois  
708 prestadores privados que poderiam escolher em quaisquer das agências, mas  
709 conseguimos que eles fechassem com a Arsae, que foi a SANARJ, que é uma  
710 empresa privada que atende Araújos, e a SAMOTRACIA que é a do Alphaville,  
711 condomínio Alphaville em Nova Lima. Para além disso nós concluímos a 4ª  
712 Revisão Tarifária da COPANOR, como todos sabem, é uma empresa que foi  
713 considerada, ela não tem capacidade econômico-financeira para ser mantida.  
714 Então, com certeza, ela tem esses seus contratos considerados irregulares, esses  
715 municípios estão teoricamente livres para fazerem os leilões, mas obviamente  
716 não seria uma boa opção fazer isoladamente, o Subsecretário Rodrigo que está  
717 bem envolvido nisso, sabe que o caminho será a questão do bloco da região.  
718 Também fizemos o reajuste da Copasa agora recentemente e com relação a 2022  
719 especificamente, a gente colocou três pontos de destaque, que foi a  
720 automatização do processo de análise de consistência dos bancos patrimoniais,





**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

721 no que diz respeito à revisão. Também o desenvolvimento da metodologia  
722 diferentes de juro sobre obras em andamento, são pequenos detalhes, mas que  
723 afetam muito a questão de tarifa. E a verificação de ativos por vídeos durante o  
724 processo de revisão tarifária da COPANOR. Como se sabe, uma concessionária de  
725 São Paulo, uma importante concessionária de São Paulo, a principal deles, a  
726 SABESP, quando foi feita a revisão da mesma elas contrataram uma consultoria  
727 que cobrou 2 milhões de reais para fazer essa verificação de ativos. Aqui na Arsae  
728 nós gastamos o equivalente a zero real, porque foi utilizado essa inovação, que  
729 vem inclusive, a ideia foi de técnicos que já tinham essa ideia, mas infelizmente  
730 nunca era implantada e a gente deu a possibilidade de implantar e foi um grande  
731 sucesso. Sobre a nossa tarifa social, isso é muito interessante, reparem que de  
732 100% de famílias que têm direito a tarifa social, em 2022, nós chegamos a quase  
733 70%, das famílias que têm direito estão sendo beneficiadas com a tarifa social.  
734 Não é fácil porque você tem que estar sempre em busca dos dados, trabalhando  
735 com os municípios porque essas famílias têm que estar atualizadas no CADÚnico  
736 porque se não, infelizmente, não vão ser agraciadas. É importante dar um  
737 número de grandeza para que todos tenham a noção. Hoje a Copasa, cerca de  
738 15% dos consumidores têm tarifa social. O SEDAI que é do Rio de Janeiro, que foi  
739 recentemente concedido, ele tinha só meio por cento das famílias com tarifa  
740 social, e quando foi feito o leilão, houve uma meta para as empresas privadas  
741 chegarem a 5%. Então reparem que a gente está bem avançado em relação ao Rio  
742 de Janeiro que hoje está bastante moderno em relação a isso. Os Fundos  
743 Municipais de Saneamento, que são os 4% da tarifa, ele é um valor de fundo  
744 municipal de saneamento, ele volta para a prefeitura, a prefeitura recebe esse  
745 valor, esse fundo, ele não é público, ele vem exatamente da tarifa da Copasa, e é  
746 um fundo que a prefeitura recebe, e ela pode gastar com qualquer um dos 4  
747 pilhars do saneamento: lixo, drenagem pluvial, água ou esgoto. Então se ela  
748 concedeu água e esgoto, ela pode usar na drenagem ou no lixo, e a gente até o  
749 ano de 2019 tínhamos apenas 60 municípios com esse benefício e hoje nós  
750 estamos com quase 300 recebendo mais de R\$ 150 milhões em repasses. Isso é



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

751 relativo à nossa fiscalização econômica, vocês podem reparar naquele desenho a  
752 direita, o quanto tinha sido devolvido para o consumidor de valores cobrados  
753 injustamente ou erroneamente pela Copasa a partir da Arsae. Em 10 anos haviam  
754 sido devolvido R\$ 48 milhões, e só nessa nossa gestão de 2020 para cá já foram  
755 R\$ 480 milhões, 10 vezes mais em 3, 4 anos, isso porque a gente teve a liberdade  
756 para trabalhar, lembrando que a Copasa tem o Governo do Estado como um dos  
757 sócios, não sei se havia liberdade que existe nesse mandato, do Governador  
758 Romeu Zema, sempre houve respeito à autonomia da Arsae para atuar, a prova  
759 disso é a devolução para os consumidores. Questão de inovação a gente iniciou as  
760 sanções aos prestadores, quando alguém fala: “A Copasa não é multada pela  
761 Arsae.” Realmente ela nunca tinha sido multada pela Arsae na história, primeiro  
762 porque precisava de um decreto do Governador que nunca era feito e foi feito  
763 pelo Governador Zema, e segundo porque foi possibilitada o desenvolvimento de  
764 um sistema, de um software, que era preciso um recurso que foi autorizado pelo  
765 Governo, foi autorizado também pela Secretária Marília, e a gente conseguiu esse  
766 sistema, que é um sistema que custou em cerca de 1 milhão, 1 milhão e 400 mil  
767 reais e que nós já recebemos da Copasa quase R\$ 9 milhões, não é de multa, é de  
768 recebimento. Então mais do que pagou o sistema que vinha travando. Então ela já  
769 foi sim multada agora, de 2020 para cá, em mais de R\$ 8 milhões só do que  
770 recebeu. É bom, só para ninguém achar que está um porcaria, esses R\$ 8 milhões  
771 são relativos a 10% a 20% dos casos, os outros 80%, 90%, foram solucionados ao  
772 longo do processo de multa e não precisou chegar ao fim e receber a multa,  
773 porque ela solucionou os problemas. São as fiscalizações, a gente tinha uma  
774 média de 60 fiscalizações por ano, nos últimos 10 anos e agora de 2020 para cá, a  
775 gente chegou a quase 130 por ano. Então mais do que dobramos as fiscalizações  
776 operacionais e de serviço. O projeto Mais Água e Esgoto nada mais é do que a  
777 disponibilização de dados para a população, a gente pega os municípios e inclui  
778 eles em uma base que está no site da Arsae para que todos tenham acesso a  
779 qualidade da água, eficiência do esgoto, a universalidade, quanto de água tem,  
780 quanto de esgoto tem, são dados que interessam a todo mundo. Então em 2019 a



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

781 gente tinha só 79 municípios, crescemos muito em 2021, 2022, reparem que hoje  
782 nós temos quase 600 municípios já abarcados. Sobre premiações, a Arsae, o que  
783 eu acho muito interessante é que eu vou falar é de hoje, que a Arsae foi uma das  
784 finalistas desse 7º Prêmio Inova Minas Gerais, que foi entregue hoje, ela não foi a  
785 vencedora, mas ela foi uma das 6 finalistas, com um robô que foi desenvolvido  
786 pelos nossos estagiários, inclusive, estagiários da Arsae desenvolveram um robô  
787 que basicamente liga os dados de água e esgoto de Minas Gerais ao SEI, ao nosso  
788 SEI usado por todo Estado de Minas Gerais, e é um robô que pode ser usado,  
789 ouviu Secretária, até por qualquer outro órgão, inclusive a Semad, está à  
790 disposição, não precisa ser usado só para isso não, ele liga qualquer dado, vale a  
791 pena conhecer. Nosso programa de *compliance*, um programa que foi colocado  
792 em primeiro ano em funcionamento, a gente recebeu essa doação, a implantação  
793 do nosso programa de *compliance*, foi uma doação da ASG *Compliance*, que é  
794 uma das 3 maiores empresas de *compliance* do Brasil e vem funcionando muito  
795 bem, inclusive já com denúncias e soluções. Essa da comunicação é um número  
796 que me interessa muito, o número de publicações que citam a Arsae  
797 espontaneamente ele subiu de 110 em 2019 para 400 em 2022, mesmo com a  
798 suspensão de envio de release. Porque a gente foi proibido, por uma questão de  
799 BOVESPA, B3, a Copasa que a gente regula tem alguns dados que começaram a  
800 ser sigilosos, a gente só pode apresentar para os órgãos de controle. Então  
801 mesmo assim ela foi citada espontaneamente quase mais de 3 vezes, quase 4  
802 vezes. Então essa questão das redes sociais também que alcançou mais de 340  
803 mil pessoas, eu acho que com certeza nesse ano avançamos bastante no  
804 reconhecimento da Arsae, o que é importante para as pessoas acessarem. São  
805 fotos da nossa atualização da estratégia para os próximos 4 anos, foi feito agora  
806 no último mês, e toda a agência participou, foi muito positivo, nós já temos  
807 alguns bons desenhos estratégicos para os próximos 4 anos. Então era isso que eu  
808 tinha para falar da Arsae, eu acredito que nos próximos anos teremos algumas  
809 boas mudanças na agência, especialmente por conta do novo marco, já que  
810 teremos blocos regionais, e muda tudo, praticamente teremos uma revisão para



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

811 cada bloco, um reajuste para cada bloco. Então a gente dobra, triplica ou  
812 quadriplica o trabalho. Obrigado, Secretária.” Presidente Marília Carvalho de  
813 Melo: “Eu que agradeço, Claret. A Arsae tem feito um trabalho exemplar e de fato  
814 quando o Claret menciona da presença menos constante da Arsae aqui no  
815 Copam, porque como diretriz de Governo a gente tem buscado dar autonomia a  
816 Arsae para ela exercer o papel que ela precisa exercer de agência reguladora, e o  
817 trabalho tem sido feito com resultados muito expressivos conforme apresentado.  
818 E de fato, Claret, a gente espera que a partir do avanço da política pública  
819 desenhada hoje pelo Sisema com o projeto de Lei, que a Arsae também participou  
820 da concepção dos blocos regionais, a gente possa ainda avançar na  
821 universalização do saneamento, mas especialmente com que a Arsae tem feito,  
822 com a garantia de prestação de serviço de qualidade para toda população.  
823 Pergunto se algum Conselheiro gostaria de fazer comentário sobre a  
824 apresentação da Arsae, depois a gente vai entrar na Semad, eu vou fazer um  
825 bloco de 3 apresentações da Semad, depois tem a IEF e Igam, só pergunto para a  
826 Arsae porque o Claret pode ficar à vontade para voltar para a Arsae caso ele  
827 tenha outros compromissos. Conselheira Flávia Mourão, por favor.” Conselheira  
828 Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Boa tarde, Presidente Claret. Eu pergunto  
829 sobre a questão da COPANOR, em função, como foi dito de um novo marco das  
830 transições, principalmente econômicas, a COPANOR, os municípios da COPANOR  
831 agora estão liberados para fazer os seus leilões sem a menor capacidade, nós  
832 estamos falando de municípios com extrema pobreza. Eu pergunto se há por  
833 parte da Arsae algum tipo de iniciativa para tentar viabilizar o atendimento, a  
834 universalização do atendimento de água e esgoto, pelo menos, dos municípios  
835 que estavam até agora integrantes da COPANOR. E uma segunda pergunta que eu  
836 coloco também, com relação ainda ao novo marco, a questão da regulação dos  
837 resíduos, eu sei que não está hoje nas competências da Arsae, mas eu pergunto  
838 se há algum movimento, já que foi feito esse planejamento estratégico para os  
839 próximos 4 anos, se existe alguma iniciativa de que a Arsae venha também a ser a  
840 reguladora de resíduos no Estado de Minas Gerais para alguns municípios?”



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

841 Antônio Claret de Oliveira Júnior, Arsae: “De trás para frente. Não tenho  
842 conhecimento de iniciativa ou movimento para a Arsae regular as questões dos  
843 resíduos, eu acho que até o Subsecretário Rodrigo pode falar um pouco mais  
844 sobre esse tema que é de extrema importância. Mesmo assim, no nosso  
845 planejamento estratégico, a gente só considera o que de fato já é realidade, como  
846 não existe sequer um projeto de lei nesse sentido na Assembleia, não foi tratado  
847 o tema, mas reitero que o Subsecretário Rodrigo Franco, se puder, poderia até  
848 me complementar nesse sentido. Relativo à COPANOR, Conselheira Flávia, a  
849 gente tem, foi enviado a Secretária Marília, enviou para a Assembleia o projeto de  
850 lei dos blocos. Eu entendo que a grande saída, a grande solução é a homologação  
851 dos blocos e que esse bloco, obviamente com o apoio do Estado de Minas Gerais,  
852 porque a senhora está corretíssima, porque são cidades pequenas e muito  
853 pobres, com o apoio do Estado de Minas Gerais, poderá dar andamento nesses  
854 leilões. Com relação a Arsae, o que ela pode fazer, e é o que estamos fazendo no  
855 momento: Mantendo as revisões tarifárias, tentando e buscando de alguma  
856 forma que a tarifa consiga minimamente garantir a prestação de serviço, que é o  
857 que acabamos de fazer, a revisão tarifária da COPANOR, estamos fazendo  
858 anualmente, exatamente para a gente conseguir manter enquanto está nas mãos  
859 da COPANOR. Inclusive, diga-se de passagem, mantivemos o subsídio da Copasa.  
860 A Copasa está mantida o subsídio de 40 ou 60 milhões, agora me falha a  
861 memória, subsídio anual da Copasa, mais este ano para a COPANOR. O que está  
862 ao nosso alcance, que é a nossa competência, nós permanecemos fazendo que é  
863 a revisão para garantir a manutenção do serviço até que os órgãos competentes  
864 possam dar andamento na solução definitiva.” Presidente Marília Carvalho de  
865 Melo: “Antes que o Rodrigo se manifeste, eu só queria trazer, Flávia, algumas  
866 informações. Nós entendemos de fato a necessidade de avançar no Estado de  
867 Minas Gerais na regulação também de outros componentes do saneamento, mas  
868 esse assunto ainda não foi discutido, consolidado, como o Claret mencionou, não  
869 existe nenhum projeto de Lei, nem de proposição dos Deputados, nem de  
870 proposição do Governo ainda, mas a gente tem feito um debate com os



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

871 municípios sobre essa preocupação que é a preocupação deles, e obviamente, no  
872 nosso entendimento, é o que nós fizemos no caso do Projeto de Lei de Água e  
873 Esgoto, a gente entende, importante ter uma regulação autônoma, forte, não  
874 uma dispersão de regulação no Estado de Minas Gerais, mas isso ainda não tem  
875 uma definição governamental sobre o papel da Arsa e de ampliar as suas  
876 atribuições. Na sequência eu passo para o Rodrigo, mas sobre o ponto que você  
877 mencionou, Flávia, nós contratamos, em uma parceria com a CODEMG, o IFC, e  
878 nós estamos modelando um bloco do Jequitinhonha. O bloco do Jequitinhonha  
879 está sendo avaliado e modelado para concessão, o Subsecretário Rodrigo já fez  
880 reunião com alguns prefeitos dessa região, especialmente aqueles prefeitos no  
881 qual o estudo preliminar do IFC nos indica a necessidade de eles estarem no bloco  
882 para garantia da sustentabilidade econômica e financeira do bloco. Fizemos um  
883 trabalho com o Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento  
884 Regional tendo em vista que o Projeto de Lei não andou na Assembleia Legislativa  
885 e o Decreto Federal diz que subsidiariamente o Governo Federal pode instituir os  
886 blocos, houve até um anúncio público por parte do ministro Daniel de que foi  
887 encaminhado pelo Ministério a Comissão Interministerial do Saneamento Básico,  
888 e a reunião está marcada agora para o dia 12 onde será apresentada, nós  
889 estaremos presentes para discutir. Então há essa preocupação de que esses  
890 municípios tenham o apoio do governo para estruturação de uma prestação de  
891 serviço adequada a todos eles.” Rodrigo Franco, Sugés/Semad: “Boa tarde a  
892 todos, cumprimenta a Secretária a quem eu cumprimento os nossos integrantes  
893 do Sisema. É só ratificando mesmo, Flávia, do ponto de vista da regulação, a  
894 Secretária e o Claret, têm feito um trabalho espetacular na Arsa e colocaram  
895 muito bem. Inclusive nós estivemos na ANA, Secretária, durante o mês passado e  
896 a Semad tem colaborado com a ANA sobre as normas de referência, não só na  
897 área água e esgoto, mas de resíduos que é esse papel da ANA em relação ao  
898 fortalecimento da regulação. Como a Secretária disse, não há nenhum  
899 encaminhamento nesse momento sobre uma mudança legislativa para  
900 competência da Arsa, o Claret também colocou isso muito bem, mas nosso papel



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

901 como articuladores do estado é conversar com as agências regionais na medida  
902 em que a gente cria um trabalho de uma forma ainda razoável dentro do que  
903 existe de regulamentação pela ANA para que a gente possa tratar com a  
904 perspectiva positiva regulação que é tão importante dentro dessa perspectiva dos  
905 blocos regionais, das unidades regionais. A Secretária colocou muito bem sobre a  
906 nossa preocupação na região de Jequitinhonha, nosso trabalho já está em  
907 diagnóstico de campo com o IFC, trabalho feito em várias mãos das unidades  
908 administrativas do estado junto com o IFC, coordenado pela CODENGE nessa  
909 parceria, e os municípios Diamantina, Almenara, Salinas, Nanuque, Novo  
910 Horizonte, que são os 6 municípios pilotos, os pontas, vamos dizer assim, para  
911 viabilidade em um primeiro ponto de partida do projeto entre os 94 municípios,  
912 todos os 5 já estabeleceram uma conexão formal de participação com a gente.  
913 Então a gente acredita que esse projeto possa sim vingar, e a gente, na minha  
914 apresentação vou falar de outros também estudos de viabilidade econômica  
915 ambiental e econômico, Flávia, que estiveram, graças a Deus, resultados, primeiro  
916 na área de resíduos, e agora nós estamos avançando na área de esgoto, não só  
917 também no Jequitinhonha, mas também os municípios, Claret, que estão sem  
918 contrato, são 74 municípios, Flávia, e nós já começamos a discussão com eles  
919 também para uma análise de discussão de blocos regionais, de unidades  
920 regionais, e esse avanço, uma coisa histórica, dentro do novo marco, desde 2020,  
921 nenhum estado foi estabelecido blocos regionais através desse contexto que a  
922 Secretária colocou, uma grande articulação da Secretária junto ao Ministro, e  
923 agora nós estamos aguardando a definição da formalidade que foi anunciado ao  
924 Ministro criando o primeiro bloco regional do país, que é o bloco Jequitinhonha.”  
925 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada, Rodrigo. Pergunto se  
926 algum Conselheiro gostaria de se manifestar?” Conselheira Flávia Parreira  
927 Mourão do Amaral: “Secretária, só um esclarecimento. Mais tarde vai ser falado  
928 sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos?” Presidente Marília Carvalho de  
929 Melo: “Essa apresentação está na Feam, e o Rodrigo vai falar sobre o Plano  
930 Estadual de Saneamento que está na Sugés. Daqui a pouquinho a gente chega lá,



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

931 Flávia. Claret, mais uma vez obrigada pela sua participação e sempre muito bom a  
932 Arsae conosco e ver o trabalho efetivo que a Arsae a partir da sua liderança tem  
933 conduzido no Estado de Minas Gerais.” Antônio Claret de Oliveira Júnior, Arsae:  
934 “Obrigado Secretária, eu vou ter que me ausentar agora, mas deixo aqui o meu  
935 agradecimento à Secretária Marília que desde o início da sugestão apoiou a Arsae  
936 em todos os momentos necessários e por isso alcançamos esses resultados.”  
937 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Vamos passar agora para as apresentações  
938 da Secretaria de Meio Ambiente, iniciando pela Anna Carolina da Motta Dal  
939 Pozzolo, responsável pela Subsecretaria de Regularização Ambiental. Anna, você  
940 tem 15 minutos de apresentação.” Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo,  
941 Suram/Semad: “Boa tarde, em seu nome cumprimento todos da Mesa,  
942 cumprimento todos os Conselheiros presentes, a todos os demais que nos  
943 assistem de modo virtual, é um imenso prazer participar desse momento, onde  
944 nós apresentamos resultados e os planejamentos de 2023. Apenas para  
945 contextualizar a Suram, ela tem como objetivo planejar, coordenar, monitorar as  
946 execuções das ações necessário a Regularização Ambiental, supervisionar, apoiar,  
947 orientar, esclarecer, trazer análises equânimes, buscar soluções técnicas,  
948 normativas, fazer consultas a Asjur com relação a dúvidas existentes dentro do  
949 licenciamento. Enfim, proporcionar o licenciamento a forma mais transparente,  
950 mais adequada, mais técnica e normativa que nós possamos fazer. Dentro dessa  
951 competência nós temos evoluindo paulatinamente, obviamente buscando a  
952 transparência dos nossos atos, começando com o SLA, que continua em fase de  
953 melhorias e nós esperamos que em 2023 tenhamos ainda mais transparência e  
954 mais acesso facilitado a todos aqueles que querem conhecer o processo de  
955 licenciamento. Fazendo uma análise geral a respeito dos processos de  
956 licenciamento em 2022, tão somente em 2022, nós tivemos finalizados processos  
957 simplificados de LAS Cadastro 2295 processo, processos de LAS RAS, também  
958 processo simplificado em 1292 processos e processos de licenciamento  
959 convencional em 512 processos, o que significa isso? Os processos de LAS RAS e  
960 LAS Cadastro, que são simplificados, eles têm uma análise completa pela equipe





**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

961 técnica e a decisão é do superintendente, já os processos convencionais algumas  
962 decisões são do superintendente, outras decisões elas passam para a decisão do  
963 Copam. Desses processos finalizados em 2022, por tipo de finalização, entre os  
964 deferidos e os indeferidos, nós temos juntado em 3769, mas na verdade nós  
965 temos 84% deferidos, ou seja 3467, indeferidos, 324, significando 8%, e 330  
966 processos arquivados, também significando 8% desses processos. É importante só  
967 destacar que no início do ano nós tínhamos um passivo de 596 processos, em  
968 outubro temos um passivo de 428, significando 168 processos baixados, com uma  
969 estimativa de atingimento de 200 processos baixados até o fim do ano, iniciando  
970 2023 com 396 processos. Isso se reflete muito nos processos convencionais e na  
971 demora desses processos de passivo, que são convencionais, uma vez que são  
972 processos mais antigos, 40% deles são de renovação de licença e demandam mais  
973 tempo de análise, muito deles com mais de 20 mil páginas de processo para  
974 serem validadas. Desses processos finalizados em 2022, nós temos em ranking, o  
975 primeiro deles, em Agrossilvipastoris, 25%, depois resíduos sólidos e saneamento  
976 e serviços de saneamento em segundo, com 23%, em terceiro lugar, mineração,  
977 com 22%, em quarto lugar, infraestrutura, com 12%, em quinto lugar, indústria  
978 metalúrgica em todos os seus aspectos, e depois em sexto lugar, em igualdade,  
979 indústrias químicas e alimentícias. O que significa dizer, reforçando, que a  
980 demanda do estado, a vocação do estado, ela não se foca somente em  
981 mineração, mas também em agrossilvipastoris com maior destaque para  
982 Triângulo Mineiro, Noroeste de Minas, e Norte de Minas que tem grande  
983 influência nessas atividades. Se nós fizermos um corte de 2019 a 2023, nós vemos  
984 de processos, de decisões de competência do Copam que houve uma redução,  
985 obviamente, para 2022, 175 com processos deferidos e 7 com processos  
986 indeferidos, em um total desses anos, de 2019 a 2022, com 1239 processos  
987 deferidos e 70 processos indeferidos. A queda desse número, se dá também que  
988 a partir de 2017, com a publicação da DN nº 217, a transformação de muitos  
989 processos para LAS RAS, ou seja, simplificado, passou a fazer com que os  
990 processos deixassem de ir às câmaras. Então é por isso que tem uma diferença



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

991 com relação aos números de 2019 para 2022. Já com relação aos processos  
992 simplificados, nós temos, de 2019 a 2017, 18.717 deferidos, 2148 indeferidos, 535  
993 arquivados, sendo que para o ano de 2022 foram 3122 deferidos, 287 indeferidos  
994 e 181 arquivados. Já com relação à decisão do superintendente para  
995 convencionais, nós tivemos entre 2019 a 2023, 945 deferidos, 166 indeferidos e  
996 1197 arquivados. Sendo que para 2022 foram 171 deferidos, 30 indeferidos e 149  
997 arquivados que pode se identificar que há um número muito grande arquivados e  
998 processos indeferidos no curso da análise dos processos de licenciamento  
999 ambiental em todas as tipologias. As principais realizações em 2022 foi a  
1000 alteração da DN nº 217 com relação ao acordo da Mata Atlântica, incluindo o  
1001 código H, que começou a vigorar a partir de outubro de 2022. A Resolução  
1002 Conjunta SEMAD/IEF nº 3102, atualizada para a Resolução nº 3162, de  
1003 intervenções ambientais, um trabalho extremamente positivo e inovador para  
1004 Minas Gerais, que desde 2011 não tinha conseguido implementar essa  
1005 intervenção, a Resolução IDAL, que vai ser publicada agora em dezembro de 2022  
1006 e vai trazer normas mais claras e objetivas com relação as revalidações e nós  
1007 pretendemos fazer também uma apresentação quando publicada aqui neste  
1008 Conselho. A revisão do Decreto nº 46.937 com relação ao licenciamento  
1009 municipal feito pelos municípios, trazendo também melhoria nas nossas  
1010 auditorias junto aos municípios conveniados e dele a Resolução nº 2.531,  
1011 alteração dela também trazendo regras mais claras e mais efetivas para as  
1012 auditorias realizadas nos convênios de competência delegada afirmadas com os  
1013 municípios. Hoje nós temos um total de 16 municípios com competência  
1014 delegada, e 198 municípios com competências originárias assumidas. Além disso  
1015 nós temos uma revisão da Deliberação Normativa nº 213 de 2017 que também  
1016 trata do licenciamento feito pelo município. Para além disso nós tivemos duas  
1017 instruções de serviços publicadas, o Acordo da Mata Atlântica, em setembro de  
1018 2022, e a ordem da análise de processos em setembro de 2022 já aplicadas por  
1019 vários empreendimentos com processos em cursos e com novos processos. Além  
1020 disso nós tivemos a oportunidade de ter diversas capacitações dos nossos



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1021 servidores, mas não só dos nossos servidores, também dos servidores municipais  
1022 e do próprio Codema. Eu destaco as hidrelétricas em maio, conexão Semad em  
1023 setembro feito com os municípios, Loteamento feito com os municípios e os  
1024 servidores da Semad em setembro, o curso de espeleologia que nós tivermos a  
1025 honra de receber servidores do Paraná e do Ceará também para participar da  
1026 capacitação, essa capacitação teve participação dos nossos servidores e também  
1027 de convidados. Nós estamos nesse momento tendo a capacitação de saneamento  
1028 em parceria com a Sugés, e essa capacitação é muito importante porque nós  
1029 temos uma demanda de política pública muito grande nas questões de  
1030 saneamento, e nós esperamos no ano que vem, já em fevereiro do ano que vem,  
1031 realizar um workshop, que é a continuidade dessa capacitação trazendo mais  
1032 conhecimento e mais diálogo para essas questões de saneamento. Para além  
1033 disso também tivemos a capacitação de cadastro ambiental rural e análise de  
1034 reserva legal feita com os municípios. Capacitações dos Conselheiros dos  
1035 Codemas, além de outras capacitações feito com os municípios para que eles  
1036 possam cada vez melhor fazer as análises dos licenciamentos e também ser fonte  
1037 de troca de ideias e conhecimento com os nossos servidores e a gente entender  
1038 quais são as dificuldades das pontas regionais para fazer os esclarecimentos que  
1039 se façam necessários. Também tivemos a adequação do TR de EIA/RIMA para  
1040 contemplar a avaliação de mudanças climáticas, uma diretriz da Secretária Marília,  
1041 dentro das nossas perspectivas *Race to Zero*, buscando cada vez mais trazer para  
1042 o licenciamento ambiental muito mais do que só licenciar e trazer  
1043 empreendimentos, mas também trazer dados e efetividade nas medidas que nós  
1044 temos desenvolvidas para as questões de política ambiental do estado. Também  
1045 temos o CLIC, que é o nosso bando de consultas de condicionantes padronizadas,  
1046 elas são condicionantes gerais que todas as Suprams têm acesso e também  
1047 disponível para os empreendedores e nós pretendemos trazer mais contribuições  
1048 porque ela ainda está em fase de implementação e testes, mas já com bastante  
1049 sucesso. Com relação à SLA nós temos a expansão de funcionalidade, como eu  
1050 disse, que é uma ação contínua e a construção de fluxo de manifestação do Iphan



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1051 no licenciamento ambiental facilitando também o acesso às informações e  
1052 reduzindo o prazo de atendimento das intervenções dos terceiros intervenientes.  
1053 Para planejamento de 2023, é um macro, obviamente, nós temos a Instrução de  
1054 Serviço de Intervenção Ambiental, conjunta com a IEF, a perspectiva é que saia no  
1055 início do ano, e após isso faremos capacitações. Nós temos a consulta pública da  
1056 DN de monitoramento de efluentes, que vai ser também uma grande entrega  
1057 para o Estado de Minas Gerais. Publicação e implementação da alteração nº  
1058 47.383 trazendo melhorias nas normas e buscando mais clareza nessas normas.  
1059 Proposta de DN Copam de Barragens em conjunto com Feam, muito discutida ao  
1060 longo desse ano de 2022, também será uma grande entrega para o estado e a  
1061 sociedade. O SMMA, que é o Sistema Municipal de Meio Ambiente já  
1062 desenvolvido em um processo do SEED de *startups* e com melhorias. Então a  
1063 gente vai ter mais visibilidade desses processos de licenciamento dos municípios e  
1064 vamos poder também fazer um acompanhamento mais próximo desses  
1065 licenciamentos, a instituição efetivamente do IDAL, outras alterações de SLA  
1066 como por exemplo, autotutela e acesso cidadão com *timeline* de processos, um  
1067 sonho que vai se tornar realidade tão em breve e vai trazer muita transparência  
1068 para todos que acessam o SLA. Por fim, reformulação do modelo do SLA com  
1069 LAS/Cadastro também fazendo ajustes das regras para adesão e compromisso, já  
1070 a frente inclusive da regra de proposta de alteração de lei para lei geral do  
1071 licenciamento. São essas as considerações, eu me coloco a inteira disposição com  
1072 toda a minha equipe e passo a palavra. Muito obrigada a todos.” Presidente  
1073 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada Anna, eu vou fazer como eu havia  
1074 mencionado um bloco com os três Subsecretários e na sequência eu abro para os  
1075 Conselheiros. Próximo, Subsecretário Alexandre de Castro Leal, Subsecretário de  
1076 Fiscalização, a palavra é sua, você tem de 15 a 20 minutos.” Alexandre de Castro  
1077 Leal, Sufis/Semad: “Boa tarde Secretária, boa tarde Conselheiros. Assim que se  
1078 iniciou o exercício de 2022 nós tivemos a diretriz da Secretária de promover a  
1079 fiscalização no estado direcionando a uma fiscalização mais fortalecida, mais  
1080 otimizada e modernizada. Então dentro dessas premissas nós alinhamos algumas



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1081 estratégias para tornar a fiscalização mais efetiva e obter resultados mais  
1082 concretos, e dessa forma, primeiramente, em número de fiscalizações nós  
1083 tivemos um aumento considerável do número de fiscalizações ambientais  
1084 realizados no estado pela Semad. No comparativo em 2020 nós tivemos cerca de  
1085 32 mil fiscalizações, 2021, 37.486 no ano e 2022 até outubro nós fechamos com  
1086 33.261 fiscalizações. Dessa forma, dentro da progressão, nós temos a previsão de  
1087 fechar 2022 entre 39.000 e 40.500 fiscalizações realizadas. Então é um aumento  
1088 expressivo no número de fiscalizações, também na sua eficiência, pode observar  
1089 que relativo ao número de fiscalizações realizadas atividades com fiscalização ela  
1090 também foi substancialmente elevado o número. Na parte de capacitação  
1091 desenvolvida pela Subsecretaria de fiscalização nós tivemos o aumento de 1 curso  
1092 EAD de fiscalização ambiental por bimestre para 2 cursos para cada bimestre no  
1093 ano de 2022 atendemos cerca de 2500 alunos inscritos. Isso com um aula virtual  
1094 ao final de cada ciclo de EAD realizado. Conseguimos desenvolver uma parceria  
1095 com a Polícia Rodoviária Federal realizando a capacitação a nível nacional de  
1096 fiscalização ambiental no transporte de fauna e flora, são grandes parceiros da  
1097 Semad e da Polícia Militar Ambiental no estado, e nós realizamos essa  
1098 capacitação. Também realizamos a capacitação no Sisema em fiscalização nas  
1099 temáticas de mineração e parcelamento de solo. Por último participamos do  
1100 projeto Percursos Gerais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social onde  
1101 houve a capacitação de gestores de municípios de menor IDH. Dessa forma  
1102 capacitando na temática ambiental esses gestores dos municípios. Ampliamos o  
1103 desenvolvimento e desencadeamento de operações de fiscalização, podemos  
1104 citar as principais, isso além do que já estava previsto dentro do Plano Anual de  
1105 Fiscalização. Tivemos operações especiais primeiramente no Parque Estadual do  
1106 Rio Doce, tivemos a 3ª Operação Preventiva Integrada de Barragens no período  
1107 seco em abril desse ano, em junho, Floresta Viva e Floresta Viva 2, em julho em  
1108 seguida. A Preventiva Integrada de Incêndios Florestais em agosto. Mata Atlântica  
1109 em Pé, em parceria com o Ministério Público, é uma operação que ocorre em  
1110 todo o Brasil, principalmente nos estados que tem remanescente de Mata



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1111 Atlântica e nós participamos ativamente aqui no estado. A Fiscalização Ambiental  
1112 Preventiva da Indústria, na sua 6ª edição, conseguimos concluir. Em novembro,  
1113 realizamos a 4ª Edição da Preventiva Integrada de Barragens, o pré-período  
1114 chuvoso. Em atendimento ao fluxo dentro do monitoramento contínuo que  
1115 monitora a supressão de vegetação no estado, seja legal ou ilegal, mas a ilegal  
1116 gera o atendimento imediato pela fiscalização, tivemos um período de  
1117 atendimento inicial no ano de 45 dias para atendimento de cada alerta gerado  
1118 pelo monitoramento contínuo, e atualmente nós estamos entre 25 e 33 dias de  
1119 atendimento. Então nós conseguimos reduzir ainda mais. Só para se ter uma  
1120 ideia: quando o monitoramento contínuo iniciou o prazo para atendimento era de  
1121 270 dias. Então nós conseguimos reduzir em 2022 o prazo para 25 a 33 dias, que é  
1122 o prazo que nós estamos trabalhando atualmente. E pelo atendimento do  
1123 monitoramento contínuo a gente percebe que o índice de detecções aumentou  
1124 sensivelmente. Em 2020 tivemos 1206, em 2021, 1270, em 2022 até outubro,  
1125 2328 detecções. Desse total está assinalado 80% de atendimento, mas isso é um  
1126 *delay*, um tempo de carga do sistema. Então o atendimento ao monitoramento  
1127 contínuo ele é entre 90% e 100%. Dentro daquela premissa de fortalecimento da  
1128 fiscalização e intensificação no estado todo, nós temos a temática do  
1129 desmatamento não um tratamento especial, em detrimento das detecções  
1130 realizadas. Dessa forma nós intensificamos, está assinalado 37 dias, mas já  
1131 estamos com 33 a 25 dias de atendimento, nós intensificamos as fiscalizações  
1132 dentro de plano de ação de combate ao desmatamento. Até outubro de 2022 já  
1133 foram fiscalizadas 8424 fiscalizações de combate ao desmatamento, isso  
1134 representa um incremento de 65% em relação ao mesmo período de 2021.  
1135 Entrando na temática especial do combate ao desmatamento, nós planejamos 3  
1136 fases desse plano de ação de combate ao desmatamento. A primeira fase ocorreu  
1137 em novembro de 2021 até janeiro de 2022, realizando 2600 fiscalizações em  
1138 21.700ha fiscalizados, alcançando 1200 infrações e 25 milhões em autos de  
1139 infrações lavradas. A segunda fase ocorreu de junho a agosto e abarcou 2  
1140 operações especiais, Floresta Viva 1 e 2, e também o início da Mata Atlântica em



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1141 Pé com o Ministério Público, nós fiscalizamos 13.700ha, aplicamos R\$ 118,83  
1142 milhões em multas ambientais em 466 infrações. O tempo de atendimento,  
1143 conforme eu falei, de 48 para 33 dias, nós estamos trabalhando dentro dessa  
1144 margem atualmente. Em 2022 houve incremento de 31% nos autos de infrações  
1145 encerrados relacionados ao desmatamento, um aumento da fiscalização gerou  
1146 um aumento de lavratura de auto de infrações. Essa não é a nossa premissa, a  
1147 nossa premissa como eu vou falar, nós estamos ampliando as ações preventivas,  
1148 até então pouco realizadas nessa temática, mas agora nós estamos  
1149 intensificando, o plano contemplou ainda ações preventivas de campanha, todos  
1150 os planos, todas as fases do plano, campanhas em redes sociais, e seminário de  
1151 boas práticas de utilização de carvão legal. A área detectada de desmatamento  
1152 em outubro foi de 1850ha, 73% menor que a área detectada em julho desse  
1153 mesmo ano. Isso traduz um resultado efetivo das ações estratégicas que nós  
1154 estamos aplicando na fiscalização. No último trimestre, compreendido entre  
1155 agosto e outubro, a área total detectada de 10656ha, enquanto no mesmo  
1156 período anterior, de maio a junho, a área detectada de supressão foi de 14487ha,  
1157 ou seja, redução de 26%. Há uma linha descendente atualmente no  
1158 monitoramento contínuo da supressão vegetal do estado. A fiscalização  
1159 ambiental preventiva da agricultura, nós estamos na fase de fiscalização,  
1160 realizamos 3 workshops em Divinópolis, 193 participantes. Após os workshops,  
1161 158 empresas aderiram ao programa. Os parceiros foram AVICOM e a ANVI, são  
1162 duas associações dos criadores, agricultores da região, além da PMMG, que é  
1163 nossa parceria operacional na fiscalização. Tivemos a conclusão da fiscalização  
1164 ambiental preventiva da indústria com 11 workshops realizados, 574  
1165 participantes. Setores envolvidos foi de fabricação de couros, perfumarias e  
1166 cosméticos, fabricação de produtos de laticínios e siderurgia, com adesão de 198  
1167 empresas. Os resultados apurados apontam incremento de 44% nas requisições  
1168 de licenciamento ambiental e redução de 85,6% da incidência de irregularidades  
1169 ambientais, em comparações com as fiscalizações realizadas fora do programa.  
1170 Ou seja, o programa está cumprindo muito bem o seu objetivo de fazer a



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1171 prevenção, a orientação e levando a prevenção do cometimento de infrações  
1172 ambientais e conduzindo a regularização dos empreendimentos participantes.  
1173 Nós temos aqui aquela linha de requisições de licenciamento, nós vemos que em  
1174 julho de 2022 passaram para 44 registros de requisições de licenciamento, ou  
1175 seja, são os atos que pleiteiam a regularização ambiental. De outro lado nós  
1176 temos como efeito do programa de prevenção na indústria, a redução da  
1177 incidência de infração ambiental nas fiscalizações. Fora do programa nós temos  
1178 20% de incidência, cada 100 empreendimentos fiscalizados, 20 nós detectamos  
1179 fiscalização, enquanto os participantes do programa nós temos apenas 2,9% de  
1180 infrações detectadas. Outro setor da gestão da Subsecretaria de Fiscalização e  
1181 Controle Processual, nós temos como estratégia de otimização da fiscalização a  
1182 modernização e a otimização do processamento de auto de infração. Nós tivemos  
1183 em 2022, até 30 de novembro, o encerramento de 24173 autos de infração. Ou  
1184 seja, a quitação de 5224, o encaminhamento para dívida ativa de 17310 e outros  
1185 encerrados, como anulações e controle de legalidade, 1639. Em valores isso  
1186 representa, em 2022, até 30 de novembro, R\$ 364.462.607,52. Nós tivemos pela  
1187 quitações, 39 milhões arrecadados diretamente ao cofre do estado, das multas  
1188 processadas e a inscrição e dívida ativa de R\$ 324.967.640,58, ou seja, que  
1189 também podem estar sendo executados pela Advocacia Geral do Estado.  
1190 Comparativo de 2021 e 2022, comparando os dados de processamento com o  
1191 período de 2021 nota-se um aumento de 49% no quantitativo de autos  
1192 processados em 2022. Conseguimos esse aumento bem significativo de 18996 em  
1193 2021 para 24173 autos de infração processados. Com relação aos valores  
1194 processados, comparando os dados de processamento com 2021, nota-se um  
1195 aumento de 28% nos valores processos. Ou seja, em 2021, até 30 de novembro,  
1196 nós processamos R\$ 244.053.996,29, enquanto em 2022, até novembro, R\$  
1197 364.462.607,52. Também nesse esforço de uma força tarefa de processamento  
1198 de auto de infração que completa o ciclo da fiscalização, pois não adianta nós  
1199 lavrarmos um auto de infração e ele não ter a sua sequência até o recebimento  
1200 da devida multa. Nós tivemos uma redução considerável do passivo existente na





**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1201 Semad. Em 2022, até 30 de novembro, houve uma redução de 6706 autos de  
1202 infração do passivo em comparação com o mês de dezembro de 2021. Total do  
1203 passivo hoje é de 65131 autos de infração no fluxo de processamento. Outra  
1204 diretoria, a de denúncias, nós tivemos cadastradas 7535 denúncias registradas,  
1205 atendidas 7022, em atendimento, 1489, anuladas 1455, redução de 39% do  
1206 passivo de denúncias em 2022 comparado com o mesmo período de 2021.  
1207 Requisições, da mesma forma, no mesmo esforço, tivemos cadastradas 4722  
1208 requisições, atendidas 4923, atingindo o passivo, em andamento 784 requisições,  
1209 anuladas apenas 23. Nós temos na eminência de entrar em operação, a previsão é  
1210 para janeiro, no máximo em fevereiro, um sistema que otimiza e moderniza todo  
1211 o processamento de auto de infração na Semad, é o sistema chamado Gestão de  
1212 Auto de Infração Ambiental, esse sistema de processamento de auto de infração  
1213 ele vai tornar digital todos os processos existentes na Semad, porque a Semad é o  
1214 único ainda setor do estado que tem processos físicos em processamento. Então  
1215 digitaliza na sua totalidade, além de fazer a interface, a comunicação com os  
1216 demais sistemas, sistema da Secretaria do Estado da Fazenda, da Advocacia Geral  
1217 do Estado e também o sistema de fiscalização ambiental. Planejamento para  
1218 2023, metas em andamento. Elaboração da doutrina de inteligência ambiental  
1219 que trará procedimentos, modelo de documentos a serem produzidos, entre  
1220 outros, a fase de elaboração da minuta. Mas o nosso pessoal já se encontra  
1221 capacitado, já fizemos cursos no Ibama em outros órgãos parceiros, na SEJUS,  
1222 para capacitar as equipes para atividade de inteligência que nós estamos  
1223 estruturando na diretoria de inteligência e ações especiais existente na  
1224 subsecretaria. Tivemos o protocolo de intenção com a Faemg a ser assinado em  
1225 janeiro, o termo de cooperação quase simultâneo também com a Faemg para o  
1226 desenvolvimento e ampliação das atividades de prevenção, com a prevenção  
1227 ambiental da fiscalização na agropecuária. Temos um acordo de cooperação  
1228 técnica com o Ibama em via de ser finalizado, pendendo apenas a assinatura do  
1229 Ibama. A ampliação do convênio com a Polícia Militar Ambiental passando de R\$  
1230 10 milhões previstos para R\$ 12,5 milhões, ampliando as atividades e o número



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1231 de fiscalizações realizadas pela Polícia Militar Ambiental do Estado, mediante o  
1232 cumprimento do convênio. A implantação da sala de situação de combate ao  
1233 desmatamento e carvão ilegais, é uma sala que vai fazer o monitoramento via  
1234 satélite, assim como o monitoramento contínuo de toda supressão vegetal,  
1235 possibilitando inclusive a autuação remota das infrações detectadas, esse recurso  
1236 já está garantido, nós já estamos em fase de operacionalização da estruturação.  
1237 Implantação da sala de inteligência, da mesma forma, recursos já garantidos e  
1238 separados, em fase de estruturação. Modernização das fiscalizações com  
1239 aquisições de drones, drones já sendo adquiridos e recursos já garantidos e sendo  
1240 executados nesse momento, a previsão de recebimento dos drones é para janeiro  
1241 de 2023, tanto drones para fiscalização ambiental quanto para as casa, como o  
1242 IEF. Infraestrutura do SISFAI, aquisição dos tabletes, já adquiridos, em fase de  
1243 entrega, tanto a Polícia Ambiental quanto aos nossos fiscais. A disposição para  
1244 perguntas, se houver.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada  
1245 Alexandre. Passo de imediato ao Subsecretário Rodrigo Franco, da Subsecretaria  
1246 de Gestão Ambiental e de Saneamento.” Rodrigo Franco, Sugés/Semad: “Boa  
1247 tarde a todos novamente, agradecer a Secretária pelo sempre apoio que nos deu  
1248 durante esse ano na Sugés. Vou até fazer uma contextualização, hoje na Sugés  
1249 nós somos 70 servidores com as duas Subsecretárias, com duas  
1250 superintendências, a superintendência de gestão ambiental e a superintendência  
1251 de saneamento. Então a gente vai fazer, eu tive a cautela, Secretária e  
1252 Conselheiros, de pegar o planejamento do ano passado que nós apresentamos  
1253 aqui, Secretária, e as contas, eu estava até fazendo as contas aqui para conferir,  
1254 em torno de 83% do que nós planejamos o ano passado aqui nós conseguimos  
1255 executar e estamos trazendo de resultados aqui para ser apresentados hoje pela  
1256 Secretaria. Um deles é o IDE – Sisema crescendo cada vez mais, hoje nós estamos  
1257 com 167 camadas novas publicadas este ano, chegamos a 715 camadas e com  
1258 mais de 1,3 milhão de acessos. Conseguimos finalizar e agora nós estamos na fase  
1259 de publicação do Decreto e da regulamentação, o IDAM, que é o Índice de  
1260 Desempenho Ambiental Municipal, o IDAM vai ser muito importante para a gente



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1261 na relação com os municípios, através dos indicadores que nós conduzimos o  
1262 IDAM, trabalho técnico muito bem construído pela Superintendência de Gestão  
1263 Ambiental, nós vamos trabalhar com esses indicadores para melhoria da gestão  
1264 ambiental. E esses indicadores estão envolvidos em todas as casas do Sisema e  
1265 também da Subsecretarias. As capacitações, Trilhas do Saber, nós tivemos esse  
1266 ano capacitações com mais de 115 servidores em técnica de geoprocessamento  
1267 além de apresentações nas Câmaras Técnicas no próprio Copam e também  
1268 capacitações na diretoria de instrumentos econômicos principalmente o foco que  
1269 a Secretária pediu, e isso tem gerado muitos resultados que é o ICMS Ecológico,  
1270 em parcerias com as microrregionais e também com a IMN, nós conseguimos  
1271 mais de 300 gestores capacitados, e isso é transformado em números. O ICMS  
1272 Ecológico de ano em ano vem galgando mais resultados, esse ano agora de 2022  
1273 nós fechamos com R\$ 118 milhões com esse edite de dias de pagamentos de  
1274 serviço ambiental, mas por mais que o ICMS Ecológico tem os seus critérios um  
1275 pouco diferente, mas é uma forma de pagamento de serviço ambiental, até que  
1276 nós vamos falar em seguida, mas o ICMS Ecológico, mais um ano conquistou mais  
1277 espaço, conquistou um avance, nós passamos R\$ 118 milhões para 673  
1278 municípios, compartilhando o número de 2021 nós passamos R\$ 102 milhões  
1279 para 661 municípios. Então teve um aumento de repasse para os municípios e eu  
1280 fiz questão de colocar dos critérios, de repasse, os valores, e são os subcritérios  
1281 de saneamento, unidade de conservação e mata seca. Reforçando que de 15 em  
1282 15 anos quem está recebendo para de receber. Então a gente tem sempre um  
1283 ano alguns municípios caindo, se teve aumento de 2, 3 municípios, quase R\$ 17  
1284 milhões que já é um trabalho, uma expectativa muito importante dentro do que  
1285 nós já tínhamos traçado como eu disse para vocês, no planejamento do ano  
1286 passado. Eu acabei pulando, passei para o ICMS Ecológico por causa dessa  
1287 questão da capacitação, mas entregamos também no último mês, nos últimos 60  
1288 dias, um trabalho que a Secretária Marília nos deu muito apoio, que é um  
1289 trabalho técnico de profundidade com a Marcela, com a nossa diretora Fabi, com  
1290 o superintendente Diogo, que é a apresentação do Projeto de Lei, do pagamento



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1291 de serviços ambientais do Estado de Minas Gerais, nós tratamos como PESA, de  
1292 uma forma carinhosa, e essa audiência pública foi realizada, tem a data no mês de  
1293 novembro para que o Projeto de Lei pudesse ser apresentado e tramitar no  
1294 Legislativo Mineiro que nos representa para as melhores colaboração, e a gente  
1295 espera que o PESA traga muita visibilidade para o pagamento de serviços  
1296 ambientais de Minas Gerais, até porque nós tivemos a cautele e o cuidado de  
1297 tratar de assuntos que nem o programa, nem o pagamento de serviços a Lei  
1298 Federal que é recente, menos de dois anos, traz, como o ecossistemas, parte de  
1299 fauna, nós tentamos agasalhar o máximo possível de demandas, de critérios para  
1300 que pudesse o PESA da melhor forma ter o seu texto de lei para encaminhar para  
1301 a Assembleia. Aliança ambiental que foi lançada agora, tem uma semana, 10 dias,  
1302 com a Secretária junto com a Fiemg, é uma parceira muito importante traçada  
1303 dentro de uma lógica que a gente já vinha estruturando, que é para essa  
1304 colaboração na elaboração de projetos sócios ambientais com o setor produtivo,  
1305 com as empresas para que a gente possa levar esse projeto para as comunidades  
1306 locais, através de pagamentos de serviços ambientais, através de investimento,  
1307 através de compensação. Então a Aliança Ambiental foi lançada e a gente já  
1308 começa com esse portfólio para que possa ser produzido em parceria. Já indo  
1309 para uma sensível causa que tem nos afetado, vamos dizer assim, em relação à  
1310 nossa participação com os municípios, uma competência mais recente, inclusive,  
1311 repito, eu tive essa cautela de olhar quais foram os itens de planejamento que  
1312 nós colocamos para sugerir a Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento  
1313 para 2022, e um dos primeiros, emergenciais, que nós estávamos recebendo a  
1314 competência através da Secretária nos apoiando em agosto, setembro do ano  
1315 passado era recebendo a fauna doméstica e nós já conseguimos consolidar  
1316 números expressivos da fauna doméstica em Minas Gerais, lembrando é uma  
1317 competência municipal, mas o estado não abre mão de apoiar os municípios, de  
1318 apoiar as entidades, de apoiar os protetores, para que a gente possa, hoje nós  
1319 estamos falando de um senso criado pela gente dentro da IDE, nós estamos  
1320 falando mais de 5000, 6000 animais entre gatos e cachorros em Minas Gerais,



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1321 sendo errante, nós estamos na base de 1 milhão e meio há 2 milhões, tratando  
1322 nesse sentido. Então eu até falei em uma das últimas audiências públicas esses  
1323 números são importantes, mas são mais importantes porque eles consolidam o  
1324 início de uma política pública no estado. Então castração de cães e gatos, está  
1325 faltando o número ali, nós fizemos mais de 146 mil castrações de cães e gatos em  
1326 Minas Gerais, em convênio de termos de cooperação e fomento. São 69 termos e  
1327 R\$ 35 milhões. A meta que era para ser feito até o final de 2022 era de 79 mil, nós  
1328 realizamos mais de 100 mil até novembro de 2022, hoje já passou de 130 mil,  
1329 como eu falei. Com cerca de 400 municípios beneficiados no Programa de  
1330 Esterilização com o nosso logo, nós temos andado muito nos municípios para  
1331 conhecer a realidade da fauna doméstica nos municípios. Também na gestão da  
1332 fauna doméstica e na proteção, principalmente manejo populacional na proteção  
1333 do bem-estar, em termos de cooperação, em toda a parte de emenda, de  
1334 recebimento desses recursos, nós vacinamos mais de 11 mil cães e vermifugação  
1335 mais de 9600 gatos. Também passamos 17 veículos adquiridos para que fosse  
1336 prestação desse bem-estar animal doméstico com os municípios e as entidades. 9  
1337 Unidades de Castramóveis também adquiridas e repassadas. Temos convênios  
1338 também, isso já vem fortalecendo já com alguns Deputados que tem essa  
1339 demanda, essa bandeira e entendem a importância, nós recebemos também para  
1340 atendimento de 202 animais em convênios de Médico-Veterinário de emergência.  
1341 Também iniciamos esse trabalho com os cavalos, onde nós conseguimos passar  
1342 alimentação para 55 cavalos e cerca de 1002 cães em uma emenda que  
1343 recebemos. Uma entrega importante também da fauna doméstica e de forma  
1344 inédita, o Estado de Minas Gerais na preocupação das competências suas em  
1345 relação a fauna doméstica, nós lançamos o Cadastro Estadual de Entidades de  
1346 Proteção e de Protetores Independentes. Esse cadastro para nós é muito  
1347 importante, como no ano passado nós não tínhamos um norte, hoje nós  
1348 passamos a ter um norte, a partir de identificar onde estão essas entidades, de  
1349 identificar aonde estão esses protetores, para que a gente possa sim, a partir de  
1350 recursos e levantamento evidentemente de viabilidade e recurso a gente possa



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1351 cada vez mais valorizar ação deles. Então esse cadastro que está na lei, com  
1352 obrigação de competência do estado. Minas Gerais, eu repito, de forma  
1353 totalmente inédita, contemporânea, lançou o cadastro e hoje nós estamos, o  
1354 cadastro funciona dentro da nossa IDE, é aberto e hoje estamos com 207 OSCS, e  
1355 mais de 1100 cadastro de protetores independentes. Esse diálogo nos traz muita  
1356 informação e tem sido primoroso do ponto de vista de decisão de política pública.  
1357 O cadastro tem sido invariavelmente uma ferramenta importante para a política  
1358 de fauna doméstica no estado. O ano passado, como eu disse, um dos  
1359 planejamentos nosso era dar início à questão da identificação dos animais em  
1360 Minas Gerais. Graças uma parceira do Ministério Público, uma ação da Secretária  
1361 Marília junto ao Ministério Público, nós conseguimos através de uma  
1362 compensação fazer uma flexibilização desses microchips para que pudesse  
1363 atender o máximo de municípios possíveis e nós lançamos em Minas Gerais,  
1364 também de maneira inédita no estado, isso nunca tinha acontecido, o programa  
1365 estadual de microchipagem, chamado Conheça seu Amigo. Então nós  
1366 conseguimos repassar 63 mil microchips doados, totalmente de graça para os  
1367 municípios com os seus 74 leitores, que são os leitores de identificação e  
1368 chegaram a 74 municípios. Então é uma forma muito inédita de gestão, de bem-  
1369 estar animal, de manejo populacional, e Minas Gerais, de novo, na vanguarda em  
1370 relação a essa política, nós já estamos, eu vou falar um pouco depois do  
1371 planejamento, nós já estamos com outro edital já publicado. Eu repito que eu  
1372 disse agora há pouco, na audiência pública que nós tivemos há alguns dias,  
1373 inclusive com a classe, Conselho de Medicina Veterinária, isso tem sido muito  
1374 importante para toda cadeia, não só para a questão da fauna, mas também para a  
1375 cadeia que depende da fauna doméstica. Porque a partir do momento que se  
1376 conscientiza que nós temos que identificar os animais, nós fizemos uma  
1377 correlação até muito com o SUS, o SUS nunca dá conta de atender todos nós.  
1378 Então acaba também uma cadeia particular sendo também atingida do ponto de  
1379 vista de demanda de trabalho. Então nós estamos aquecendo também o mercado  
1380 em relação a população entender que a microchipagem é tão importante, e



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1381 elogiar alguns municípios como Patos, Cristais, que tem feito um trabalho  
1382 excepcional na microchipagem a partir, repito, desse *start* do estado, a partir  
1383 desse primeiro edital. Um outro programa muito importante, inclusive nós temos  
1384 amanhã, Secretária, a entrega da valorização, vamos dizer assim, dessas escolas, o  
1385 Programa Jovens Sustentáveis Mineiros, através de critérios, multicritérios, nós  
1386 levamos a educação ambiental para mais de 115 escolas em 65 municípios, eu  
1387 vou usar um termo que é familiarizado dentro da nossa equipe, mas é brutal a  
1388 mudança de comportamento das crianças a partir de economizar energia, a partir  
1389 de coleta seletiva, nós implementamos agora a educação humanitária, trazendo a  
1390 questão animal para discussão. Isso tem sido assim muito enriquecedor, tanto  
1391 para a equipe nossa que aceitou esse desafio, tem andado e não medido esforços  
1392 por Minas Gerais para levar esse programa e amanhã nós vamos estar recebendo  
1393 aqui, tem mais de 450 crianças e colaboradores já confirmados, com 40 prefeitos,  
1394 e a gente vai receber agora, amanhã a gente vai encaminhar, uma valorização  
1395 dessas escolas por ter participado do edital que foi lançado, por ter acreditado  
1396 nesse projeto, temos repetido que os 4 primeiros projetos pilotos foram muito  
1397 importantes para a gente, Nepomuceno, Paracatu, Itapeçerica e Campo Florido,  
1398 porque a gente fez uma amostragem no primeiro momento depois lançamos o  
1399 edital. Então chegamos diretamente beneficiado 4337 alunos em 115 escolas.  
1400 Então assim é muito impactante para a gente, é pouco no primeiro momento  
1401 quando você dá o início, como repito, mas a gente espera que essa política dê  
1402 continuidade e eu tenho certeza que esse governo até a gente estar tratando  
1403 disso com outros editais, eu vou falar na sequência do planejamento. Programa  
1404 Ambientação que é um programa que também estava paralisado, a gente pegou  
1405 muita coisa assim, como o Bolsa Reciclagem, que eu vou falar daqui a pouco,  
1406 programa voltou para 46 organizações com o programa já implantado sobre as  
1407 diretrizes da Secretária Marília, com grande afinco da Diretoria Ambiental, da  
1408 nossa querida Ana Cristina, e o programa já está na Cidade Administrativa de  
1409 novo, com mais de 100 colaboradores, realizamos o FIA. Então a entrega de  
1410 certificados em 2021 também. Então o programa está repaginado, funcionando



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1411 com muitos colaboradores, que é importante para essa questão da ambientação.  
1412 Dando início à questão do saneamento, alguém fez a pergunta, não me recorde  
1413 entre os Conselheiros, nós conseguimos finalizar o PESB. O PESB é uma demanda  
1414 do Estado de Minas Gerais, é um dos poucos que não tinham o Plano Estadual de  
1415 Saneamento Básico, e nós fizemos um esforço muito grande e a Secretária Marília  
1416 nos apoiou em todos os momentos desde o lançamento do PESB, há dois anos,  
1417 dois anos e meio atrás, onde a gente tinha dificuldade de recursos e tudo mais,  
1418 mas conseguimos realizar a conferência estadual que é o último passo para o  
1419 fechamento de todo caráter informativo, participativo, o objetivo mesmo de  
1420 consolidar o trabalho desenvolvido tanto pelos apoiadores do PESB que foi  
1421 dividido em 7 territórios, com os colaboradores técnicos, com a nossa equipe e  
1422 fez um trabalho bastante robusto que deu origem ao Projeto de Lei, que foi  
1423 encaminhado para a Assembleia há pouco tempo agora, que a gente espera  
1424 evidentemente com todas as colaborações do Legislativo para que possa sim,  
1425 através do PESB, com muito carinho, são um dos primeiros projetos que a gente  
1426 enfrentou como desafio depois de 25, 26 anos parado, com recurso  
1427 contingenciado. Então o governo deu muito apoio para a gente, a gente tratando  
1428 já com as diretrizes do saneamento em Minas Gerais, dentro das perspectivas dos  
1429 4 eixos, não só água e esgoto. Quando a gente fala de saneamento, muitas das  
1430 vezes algumas pessoas privilegiam entre água e esgoto, a gente não mediu  
1431 esforços também para que a gente tratasse o assunto de resíduos sólidos urbanos  
1432 e drenagem pluvial também dentro do PESB. Então o PESB finalizado,  
1433 encaminhado para assembleia, agora só faltando as tratativas legislativas para  
1434 que ele seja finalizado e publicado. Também mandamos para a Assembleia  
1435 Legislativa, o Projeto de Lei nº 2.884, comentado agora há pouco com muita  
1436 felicidade pelo nosso companheiro Claret, que estabeleceu as unidades regionais  
1437 de saneamento em Minas Gerais, são 32 blocos regionais de resíduos sólidos  
1438 urbanos e 22 de água e esgoto. É importante a gente salientar aqui, e a Secretária  
1439 tem nos apoiado nesse sentido também, que é um estudo que foi feito a várias  
1440 mãos, nós tivemos em conjunto com o BDMG, em conjunto com a Arsae, em





**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1441 conjunto com a Seinfra, nós estabelecemos os melhores estudos de viabilidade  
1442 regionais possíveis para esse primeiro ponto de partida das unidades regionais,  
1443 tanto é, como a Secretária disse muito bem, estamos em uma fase final de um  
1444 desses blocos sendo certificados, vamos dizer assim, através da ampliação de  
1445 bloco de referência pelo Governo Federal que está analisando no CIF, Conselho  
1446 Interministerial, para que possa estabelecer o primeiro bloco de referência do  
1447 país já que a gente ainda não teve o trâmite das unidades regionais ainda na  
1448 Assembleia. Espero que esse ano que vem esse isso se consolide, o marco está  
1449 batendo na nossa porta a gente tem visto, não só em Minas Gerais, mas no Brasil  
1450 todos vários projetos de investimento privado acontecendo para que possa  
1451 realmente estabelecer a universalização do saneamento, que nós buscamos  
1452 também em Minas Gerais. O Programa Água Doce é um programa muito especial  
1453 para a gente, o programa que a Secretária acreditou lá atrás, quando ele estava  
1454 paralisado desde 2014, um programa que leva água ao semiárido mineiro, leva  
1455 água as comunidades rurais com mais dificuldades com acesso a água, a gente  
1456 tem visitado esses municípios também. O Programa Água Doce são 69 sistemas  
1457 de dessalinização, sistema do ponto de vista técnico simples, mas que nunca  
1458 chegariam a essas comunidades se não fosse o esforço do governo do estado,  
1459 colocando, aportando mais R\$ 9,3 milhões com total de R\$ 25 milhões na parceria  
1460 com o Ministério de Desenvolvimento Regional, onde nós já implantamos 28  
1461 sistemas e estamos agora em fase, nos próximos meses, depende de chuva,  
1462 depende de algumas coisas, mas as obras tocando a pleno vapor para que a gente  
1463 entregue esses 69 sistemas comprometidos, chegando a atingir 28 mil pessoas  
1464 desses 26 municípios desse semiárido mineiro. A gente tem visitado, a Secretária  
1465 não tem medido esforços para estar com a gente nessa fase final dos municípios,  
1466 e é realmente recompensante do ponto de vista pessoal, mas principalmente da  
1467 equipe nossa de chegar na ponta da linha, onde a gente sabe que a dificuldade é  
1468 muito grande de abastecimento de água. Então o PAD é muito especial e  
1469 realmente agora a gente está conseguindo entregar, depois de vários estados  
1470 conseguirem, Minas Gerais é um dos poucos que não tinham chegado e graças a



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1471 competência desse Governo e o aporte de R\$ 9,3 milhões nós estamos, vamos  
1472 dizer, quase 50% das instalações. Outro também projeto bastante, vamos dizer  
1473 assim, com bastante resultado da Semad também foi o nosso primeiro edital  
1474 publicado de poços tubulares profundos, é uma parceria com as perfuratrizes que  
1475 nós temos cedidos, o estado cedeu para a Copasa. Então foi uma forma de a  
1476 gente usar essa estrutura para atender os municípios, nós lançamos esse edital há  
1477 18 meses atrás, 20 meses atrás, para perfurar 100 poços tubulares profundos, nós  
1478 habilitamos mais de 400 pedidos, 470 pedidos sendo habilitados e os primeiros 44  
1479 municípios sem localidades. Nós já estamos na fase de 75 a 80 poços tubulares  
1480 profundos perfurados. Poucos, graças a Deus que estão dando seca, porque é um  
1481 trabalho muito técnico da equipe da Semad, junto com a equipe da Copasa e  
1482 também do apoio com os municípios para melhor seleção dessas áreas e são  
1483 áreas realmente de muito castigo em relação à falta de abastecimento de água,  
1484 serão atingidos, com o findar desse primeiro edital cerca de 26 mil habitantes. O  
1485 Programa de Saneamento Legal é um programa que ele parte do ponto de vista  
1486 técnico, um trabalho que a gente vem desenvolvendo com outras unidades como  
1487 a subsecretária Ana falou, muito bem pilotada por ela e pela equipe dela, hoje  
1488 nós fizemos a capacitação com os servidores nossos, com todos envolvidos do  
1489 Sisema, com todos os colaboradores do Sisema, o saneamento legal busca essa  
1490 instrumentalização da regularização dos pleitos das estruturas de saneamento.  
1491 Então nós já conseguimos 58 sistemas de esgotamento sanitário regularizados no  
1492 estado, atingindo 43 municípios. Ainda temos o desafio de mais de 70  
1493 instrumentos para serem regularizados de saneamento, mas o programa  
1494 Saneamento Legal já está colendo os seus frutos graças a um grande trabalho de  
1495 apoio junto aos municípios, de apoio também de capacitação, junto também aos  
1496 nossos técnicos, para que os municípios possam, através dos seus consultores, do  
1497 seu corpo técnico, regularizar essa questão dos empreendimentos de  
1498 saneamento. O termo de cooperação técnico vem, na nossa concepção, de uma  
1499 forma de aproximação com a gestão do saneamento em Minas Gerais,  
1500 especificamente com o RSU, porque Minas Gerais tem essa tradição com os



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1501 consórcios para que haja uma viabilidade em relação a essa gestão de resíduos  
1502 sólidos urbanos. Então Minas realmente tem essa tradição em relação a isso e nós  
1503 formalizamos 19 termos de cooperação técnica com esses consórcios atingindo  
1504 mais de 410 municípios, gerando uma população em torno de 6,7 milhões  
1505 envolvidas nisso. E você traz benefícios de todos os tipos, você traz uma discussão  
1506 em relação a regulação, você traz uma discussão que nós vamos falar de projeto  
1507 que já deram muito certo, como as concessões de resíduos sólidos urbanos, você  
1508 traz toda uma mobilização dos municípios que nós vamos falar o próximo  
1509 também em relação a termos de referência para que eles possam solicitar do jeito  
1510 que o novo marco coloca em relação a destinação correta. Então os termos de  
1511 cooperação têm feito o papel que o estado tem que fazer, estar próximo dos  
1512 gestores municipais apoiando as decisões técnicas com o corpo técnico nosso.  
1513 Aqui nós temos a ALAGO, nós fizemos questão de trazer, a ALAGO é mais um  
1514 daqueles projetos que estavam engavetados com problema de devolução de  
1515 recursos. Nós conseguimos entregar a ETE de Cristais, ela vai atender 65% dos  
1516 moradores daquele município, são cerca de 12 mil pessoas beneficiadas, um  
1517 investimento de R\$ 4,7 milhões de reais entre Funasa e a Semad, estava em fase  
1518 de regularização, nós conseguimos terminar e entregar há pouco meses. Ilicínea  
1519 também era um outro gargalo enorme dentro dos convênios da ALAGO onde nós  
1520 conseguimos mais um recurso do Governo do Estado de Minas Gerais, graças a  
1521 um grande empenho da Secretária Marília, o Governador tem nos dado todo o  
1522 apoio também, nós conseguimos esse recurso de R\$ 1,6 milhão de reais para  
1523 terminar essa obra, que ela estava em 90% concluída, mas ela não tinha sua fase  
1524 final para que pudesse atender essa população de cerca de 9 mil pessoas, a obra  
1525 está com 75%, 80% já finalizado, a previsão é para a gente finalizar no primeiro  
1526 trimestre de 2023. Começamos agora a questão de Nova Resende, a conclusão da  
1527 obra do sistema de esgotamento sanitário, previsão também para a gente  
1528 terminar no primeiro trimestre, primeiro quadrimestre de 2023. Aqui é um  
1529 número importante, e eu peço destaque, quando nós chegamos aqui a política de  
1530 saneamento estava paralisada, como a Secretária muito bem disse, o saneamento



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1531 ele causa importante e solução de toda gestão pública. Nós temos claro e quando  
1532 nós falamos de saneamento, a cada R\$ 1,00 investido no saneamento a gente  
1533 economiza R\$ 4,00 na saúde. Então através de melhoria do abastecimento de  
1534 água, melhoria do esgotamento sanitário, principalmente nessa evolução agora  
1535 que nós estamos mostrando em relação à destinação correta dos resíduos sólidos  
1536 de Minas Gerais, vocês podem ver no quadro a direita, quando você começa em  
1537 2004 com poucos municípios regularizados, quando nós chegamos aqui em torno  
1538 de 2018, 2019, nós tínhamos lá 360 municípios destinando com o lixão, hoje nós  
1539 estamos com apenas 283, eu digo apenas porque é um esforço muito grande,  
1540 hercúleo o tratamento em relação a discussão de tratamento, isso com os  
1541 municípios, para que eles possam fazer essa cobrança tarifária que muitos  
1542 municípios ainda não tem essa cobrança da destinação correta, essa viabilidade. A  
1543 gente leva o ICMS Ecológico também como uma compensação para que a gente  
1544 possa viabilizar isso, é um trabalho de formiguinha que a gente vai fazendo, e a  
1545 gente acreditou muito nisso, tanto é que, repito, saímos de 360 municípios de  
1546 lixão para 283, de 2019 para cá. Então você tem quase 70, 80 municípios  
1547 destinando corretamente, apenas ligando as pontas, ajudando nos termos de  
1548 referência, conseguimos consolidar a cobrança no município para que ele tenha a  
1549 viabilidade da prestação de serviço. Então o panorama atual, são 283 municípios  
1550 ainda destinando para o lixão, a gente quer cada vez mais que extermine, vamos  
1551 falar um pouco das concessões, dos próximos planejamento. 76 municípios com  
1552 empreendimento ainda não regularizados, que estão na rota, vamos dizer assim,  
1553 da destinação do saneamento legal para que a gente possa, não é Ana?  
1554 Regularizar esses empreendimentos. E 494 municípios, graças a Deus, com  
1555 destinação correta. Coleta seletiva, hoje nós temos em Minas 27% da coleta  
1556 seletiva implantada nos municípios, 234 municípios. Uma das coisas importantes  
1557 da coleta seletiva é a valorização da classe que faz esse trabalho tão hercúleo,  
1558 vamos dizer assim da coleta seletiva que são os catadores, a associação de  
1559 catadores. Com a chegada da Secretária Marília a gente fortaleceu muito essa  
1560 política, o Governador nos ajudou muito inclusive na questão de recursos, nós



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1561 fizemos o beabá, então a primeira coisa foi passar o Bolsa Reciclagem para um  
1562 processo digital, a gente saiu do analógico para o digital para que a gente possa  
1563 ter mais controle, mais apoio das associações. Nesse ano de 2022 nós chegamos a  
1564 monte de R\$ 2,4 milhões de repasse para as associações no tocante a todo nosso  
1565 governo, toda a nossa gestão nos últimos 4 anos, foram repassados R\$ 15 milhões  
1566 e 480 mil reais, sendo que mais de 6 anos estava sem repassar pelas associações e  
1567 isso tem feito o efeito que eu mostrei para vocês no slide anterior, aumentando a  
1568 coleta seletiva, aumentando a destinação correta para os municípios, que eles  
1569 gastam menos desperdiçando para a destinação final, e mais importante, a gente  
1570 com o Bolsa Reciclagem, atinge diretamente 1294 catadores, e você tem uma  
1571 diferença a cada trimestre, porque depende de uma prestação de contas. Mas em  
1572 torno de 70 a 90 associações, dá 168, recebendo todo trimestre, isso é um apoio  
1573 também social e valorização dessa classe tão importante, repito, para a qualidade  
1574 ambiental do Estado de Minas Gerais. Coleta Seletiva, quando nós lançamos o  
1575 primeiro edital um pouco ainda desacreditado, nós conseguimos repassar para 39  
1576 municípios e atingir 540 mil habitantes, 4 consórcios e foi energizante para gente  
1577 o retorno porque esses municípios conseguiram, esses consórcios conseguiram  
1578 apoiar os municípios na implantação da coleta seletiva e onde a gente conseguiu  
1579 junto com a Secretária Marília mais um recurso de R\$ 4,5 milhões e terminamos  
1580 esse edital agora tem 30, 40 dias estamos só esperando o contingenciamento do  
1581 recurso para que for repassado já está tudo assinado com os municípios a gente  
1582 deu uma parada por causa das eleições que tinham as vedações e conseguimos  
1583 esse edital contemplar mais 3 municípios, e 3 consórcios também, é um total de  
1584 R\$ 4,5 milhões de reais que contemplam, beneficiam 24 municípios e cerca de  
1585 590 mil habitantes. É todo um cenário de uma roda que funciona com várias  
1586 políticas para que tenha resultado positivo na universalização. Esse slide é  
1587 bastante importante do ponto de vista para a gente do novo marco regulatório do  
1588 saneamento dentro da (trecho incompreensível) uma regulação forte, abertura  
1589 de mercado seja para iniciativa privada, que seja para o público, mas com a  
1590 licitação e principalmente do agrupamento da regionalização, nós conseguimos



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1591 de forma inédita, em março, abril desse ano o primeiro projeto de concessão de  
1592 resíduos sólidos urbanos do Brasil, feito uma parceria de um recurso da Caixa  
1593 Econômica Federal, pelo IMDE, pela PPI, em parceria com o governo do estado,  
1594 foi feito com o CONVALE no Triângulo Mineiro com 8 municípios, beneficiando  
1595 430 mil habitantes. Contrato foi assinado a cerca de 30, 40 dias, agora já começou  
1596 a operação, onde nós estamos falando de uma tarifa de quase 40% mais barato  
1597 que era operacionalizado lá, com todas as prerrogativas de regulação e  
1598 destinação correta desses 8 municípios. Nesse mesmo caminho nós já temos 4  
1599 projetos também de resíduos sólidos urbanos, de estruturação de estudos de  
1600 viabilidade técnica econômica ambiental, só esses estudos vão beneficiar 2,5  
1601 milhões de pessoas em Minas Gerais, cerca de 12% do estado, fechando 16 lixões  
1602 no projeto CIPAR na região de Pato de Minas, no CIAS, dos 35 municípios, 24 vão  
1603 fechar o lixão beneficiando 670 mil habitantes na região de Divinópolis, CISAB Sul  
1604 nós acabamos de fechar agora com recursos próprio da Semad, uma parceria com  
1605 o BDMG. Lembrando, o CIPAR recurso da Semad, governo do estado em parceria  
1606 com BID BDMG. O CIAS é uma parceria que deu muito certo com o FEP, Caixa  
1607 Econômica Federal, com o MDR que é o PPI. O consórcio CISAB SUL que nós  
1608 assinamos há poucos dias, são 23 municípios beneficiando 600 mil habitantes  
1609 com o recurso da Semad em parceria com execução do BDMG. E o CIMVALPI que  
1610 é uma parceira do UK Pact que já vinha trabalhando nele, nós entramos no  
1611 processo com ele em andamento para que a gente consiga fazer estruturação  
1612 junto com o BDMG que tem feito a movimentação desse recurso junto ao  
1613 CIMVALPI. Então a gente só nesse projeto, repito, nós vamos beneficiar 113  
1614 municípios com mais de 2,5 milhões de habitantes. Vou passar rapidamente o  
1615 planejamento, também me coloco a disposição como todos os outros  
1616 companheiros diligentes. A publicação evidentemente do PESB a partir da  
1617 passagem pela Assembleia e todas as contribuições legislativas. O Edital, mais um  
1618 edital de coleta seletiva, já estamos preparando e aguardando a DDO para que o  
1619 ano que vem a gente possa estabelecer mais um edital de apoio aos municípios. O  
1620 encerramento nós colocamos em meta de 25 lixões o ano que vem, ligando as



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1621 pontinhas, como a gente fala, com os municípios isolados, mas também  
1622 fecharemos cerca de 39 lixões na perspectiva de finalizar as concessões que eu  
1623 falei agora há pouco. Os estudos viabilidade, modelagem das unidades regionais,  
1624 como o Secretário muito bem disse, nós já estamos em fase adiantada com o IFC  
1625 em Jequitinhonha, mas também temos tratativas de estudo em relação ao  
1626 modelo que vai ser feito tanto na retomada de Brumadinho quanto na  
1627 repactuação do Doce, para que forma de viabilidade dessas concessões nesses  
1628 municípios em relação a isso. Programa de Saneamento Rural também, nós  
1629 estamos prontos para lançar o edital no começo do ano, para que novas  
1630 tecnologias levar o esgotamento sanitário nas comunidades rurais, que foi uma  
1631 demanda, como a gente vai nas pontas, muito forte para que a gente possa  
1632 atender. O PAD já está garantido, Secretária conseguiu junto a Ministro a carta já  
1633 garantindo mais 30 sistemas para o PAD para o ano que vem, vão beneficiar 16  
1634 mil pessoas no semiárido mineiro que é um projeto que realmente traz um  
1635 retorno de compensação, de felicidade, que nós estamos no caminho certo. A  
1636 conclusão das obras da região do lago, Ilícinia e Nova Resende, no primeiro  
1637 trimestre, primeiro quadrimestre do ano que vem. A retomada das obras de  
1638 Muzambinho e Juruaia. Outra coisa, nós finalizarmos os 15 poços artesianos, nós  
1639 já estamos preparados para mais 100 poços artesianos nos próximos 8 meses,  
1640 vamos publicar o edital para que comece, vamos dizer assim, uma nova seleção e  
1641 habilitação de municípios. A retomada de política pública no centro mineiro.  
1642 Então nós estamos fazendo vários, como lançamento do Projeto Etário  
1643 Sustentável. Nós estamos em fase do piloto do Programa Minas Reenergiza, que é  
1644 de recuperação energética sobre o CDE, que é um programa que vai ser  
1645 realmente marcante para a gente do ponto de vista de produção em relação a  
1646 isso. Também o lançamento do programa estadual junto com a Defesa Civil para  
1647 que a gente possa ter o primeiro diagnóstico em ações em relação a drenagem  
1648 pluvial contra as inundações urbanas que afetam tanto Minas Gerais. Da Suga,  
1649 melhorias da plataforma do IDE, que ela está em constante apresentação. Nós  
1650 vamos e temos debatido isso internamente para uma nova proposta de inclusão



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1651 de novos critérios ambientais e seria atualização do semestre ecológico, a gente  
1652 sabe da dificuldade desse debate, mas a gente quer propor. A regulamentação do  
1653 PESA, a Secretária já nos deu todo o apoio para que a gente possa fazer a  
1654 metodologia de valoração. Monitoramento dos projetos da Aliança que foi  
1655 lançado há pouco tempo, continuarmos com as capacitações do semestre  
1656 ecológico, programa de educação ambiental que nós vamos ampliar, do programa  
1657 que nós vamos entregar amanhã da valorização dessas 112 escolas, nós vamos  
1658 lançar para mais 50 municípios e também estamos em fase final da construção  
1659 para o setor do agronegócio, junto com a Emater para que a gente possa lançar  
1660 um programa de educação ambiental nos próximos 30, 40 dias a gente espera  
1661 fechar para publicação. A microchipagem nós estamos com edital aberto inclusive  
1662 já agora para seleção desses municípios no começo do ano, com mais de 70  
1663 municípios mineiros. A nossa perspectiva também com o programa de  
1664 esterilização com as emendas que nós já recebemos em torno de 100 mil  
1665 esterilizações para o ano que vem, no programa, os 400 kits também estaduais de  
1666 incentivo a adoção de animais em parceria também de uma compensação para  
1667 apoio dos municípios nesse sentido. Lançamento do Programa Estadual de  
1668 Resgate de Animais Domésticos em situação de vulnerabilidade, com doação de  
1669 15 veículos para as ONGs, novo recurso que nós recebemos do Governo Federal  
1670 através de uma parceria com o Deputado e o Senador para que a gente possa  
1671 executar. Tomei um pouco do tempo a mais, mas é isso Secretária, estamos à  
1672 disposição.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada Rodrigo, a  
1673 gente estava aqui falando, de fato são muitas entregas, mas a gente já tem um  
1674 tempo, e os Conselheiros, em função do adiantado da hora, alguns estão saindo.  
1675 Eu queria primeiro perguntar aos Conselheiros se tem alguma observação sobre  
1676 as apresentações sob responsabilidade da Semad para que na sequência eu  
1677 passar para as indiretas. Nenhum Conselheiro inscrito. Então eu vou passar a  
1678 palavra para ao Instituto Estadual de Floresta, que tem exatamente 15 minutos  
1679 para sua apresentação.” Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins, IEF: “Espero  
1680 ser breve. No âmbito da conservação e recuperação de ecossistemas e realizações





**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1681 de 2022 foram contabilizados mais de 27.500ha de áreas destinadas para  
1682 conservação e restauração. Produzimos nos nossos 48 viveiros, distribuídos pelo  
1683 estado, 670.047 mudas que foram efetivamente doadas, esses dados são de  
1684 outubro de 2022. Temos também o projeto Conexão Mata Atlântica que nós  
1685 mensuramos, fazemos a apuração dos resultados semestralmente, no primeiro  
1686 semestre de 2022 foram mais de 160 visitas técnicas nas propriedades  
1687 beneficiadas, o plantio de 190.37ha, o cercamento de mais de 8ha. Hoje no  
1688 âmbito do projeto a gente tem um processo de restauração ambiental mais de  
1689 1400ha, beneficiando 158 produtores. Também coletamos no ano de 2022, mais  
1690 de 75 quilos de sementes que foram utilizadas para produzir as mais de 115 mil  
1691 mudas destinadas ao atendimento dos beneficiários do projeto. Tivemos também  
1692 como entrega o PRA, Produzir Sustentável, que foi mobilizado junto com a Emater  
1693 e o sistema Fiemg, realizamos 15 eventos técnicos com mais de 1300  
1694 participantes no intuito de promover a regularização ambiental dos imóveis rurais  
1695 elegíveis ao PRA no estado. Nesses eventos técnicos a gente dispôs de técnicos  
1696 para esclarecer com relação ao PRA, importante destacar que tivemos mais de  
1697 1300 participantes nesses eventos. Com relação aos Planos Municipais da Mata  
1698 Atlântica nós tivemos 6 eventos de capacitações nas regionais Metropolitana,  
1699 Nordeste, Mata, Sul de Minas com 14 municípios participantes que estão em  
1700 processo de construção ou revisão dos seus planos. Tivemos também a  
1701 publicação da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.132, que estabelece as  
1702 diretrizes e procedimentos para a análise individualizada do CAR em MG, dispõe  
1703 sobre a documentação e os estudos necessários para instruir os processos de  
1704 regularização das áreas RL que especifica e dá outras providências. Importante  
1705 destacar que hoje o estado de Minas Gerais já possui mais de 980 mil cadastros  
1706 no CAR Temos também como atendimento, mas no desdobramento do início da  
1707 análise dos cadastros ambientais, rurais, mais de 15 mil atendimentos via e-mails,  
1708 decorrentes de ações voluntárias para esclarecimento de dúvidas e demandas  
1709 geradas pela própria análise do CAR. Com relação ao Bolsa Verde, nós temos hoje  
1710 277 processos que correspondem a mais de 5.500ha concluídos de análise e a



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1711 expectativa de conclusão de 149 processos ainda até o final do ano, agora em  
1712 dezembro, que estão pendentes de uma área correspondente de mais de  
1713 2.700ha. Essas vistorias, é importante destacar, que estão sendo feitas de forma  
1714 remota e sendo necessário *in loco*. Já foram pagos mais de 70 milhões aos  
1715 beneficiários cadastrados e a gente já está para 2023 com a expectativa de  
1716 pagamento de 23 milhões de reais. Com relação as parcerias que são firmadas. A  
1717 gente tem uma com a AGEVAP para recuperação de nascentes na Bacia da Rio  
1718 Doce. Uma com a UFMG/LAGESA que é o Selo Verde e CAR 2.0. e com a União  
1719 Química para o plantio de mais de 500 mil mudas nos próximos 3 anos na Serra  
1720 da Mantiqueira. Para 2023, como planejamento de entregas, a realização de mais  
1721 ou menos, 44 mil análises do Cadastro Ambiental Rural e 50% dos CPFs e CNPJs  
1722 cadastrados na central do proprietário ou possuidor. Com o âmbito das paisagens  
1723 rurais a finalização do cadastro das propriedades contempladas, retificação do  
1724 CAR das mesmas, e a continuidade e monitoramento. Nos planos de ação  
1725 territorial nós temos também como planejado executar e acompanhar a  
1726 implementação das ações prioritárias dos PATs Espinhaço Mineiro e Capixaba-  
1727 Gerais. Publicar o PAT Veredas Goyas-Geraes e acompanhar a sua  
1728 implementação. Temos também no planejamento de 2023 o PRA com 4400  
1729 imóveis, 10% dos imóveis analisados no CAR, formalmente aderidas ao Programa  
1730 de Regularização Ambiental. Temos também como área de fomento a  
1731 expectativa, o planejamento de 15.000ha de áreas disponíveis para conservação.  
1732 Além da implantação da metodologia de controle e atualização normativa para  
1733 gestão da reposição florestal. Para 2023 também a gente tem a implantação de  
1734 procedimento de cobrança dos passivos de reposição florestas. PSS/CAS – 337  
1735 processos a serem analisados, incremento de 66% em relação a 2022. Produção e  
1736 plantio de mais de 400 mil mudas nativas e até 360ha recuperados dentro da  
1737 Cooperação Técnica com a União Química. Produção e doação de 1 milhão de  
1738 mudas nativas no Estado de Minas Gerais, produzidas nos viveiros do IEF.  
1739 Pagamento a 1.728 beneficiários e conclusão do programa Bolsa Verdade, num  
1740 montante total, como eu já havia falado de R\$ 23 milhões. Com relação às



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1741 unidades de conservação a gente teve como entrega o Planejamento Estratégico  
1742 da regularização fundiária das UCs Estaduais. Já deixo aqui Valéria, colocado para  
1743 ajustar na primeira reunião de 2023, já apresentar aos Conselheiros. A  
1744 normatização do banco de áreas de créditos de compensações  
1745 ambientais/florestais, que a gente está com a previsão ainda este ano da  
1746 publicação de portaria IEF de normatização do Banco de Áreas de compensação  
1747 prévia, com doação ao Estado de Minas Gerais. Estruturação do Programa de  
1748 capacitação e fomento de brigadas florestais municipais, que é um programa que  
1749 vamos estar lançando, a gente inclusive ia lançar no meio desse ano, mas em  
1750 função do período da restrição eleitoral a gente não conseguiu, mas é um projeto  
1751 para formação de brigadas no âmbito dos municípios, ficando a carga do estado,  
1752 na verdade, um programa junto com o Corpo de Bombeiros, aonde a gente vai  
1753 estar capacitando as brigadas municipais e doando equipamento. Esse ano a  
1754 gente recebeu uma doação da VALE de aproximadamente mais de 8 milhões em  
1755 equipamento que a gente vai estar distribuindo para essas brigadas. Contratamos  
1756 esse ano com aumento significativo de 275 brigadistas florestais para o combate  
1757 de incêndio florestal nas nossas unidades de conservação. Fizemos 16 cursos de  
1758 formação de brigadista florestal, em um total de 360 brigadistas capacitados.  
1759 Lembrando que apesar de a gente ter uma contratação temporária de brigadistas  
1760 florestais, a gente ainda conta com os brigadistas voluntários. Tivemos também  
1761 um curso de prática de operação de sopradores em incêndios florestais com 14  
1762 capacitados, que também funciona como agentes multiplicadores. E a formação  
1763 de instrutores do curso de formação de brigadistas florestais, 13 capacitados que  
1764 também funcionam como agentes multiplicadores. Conclusão: ainda em 2022 a  
1765 gente teve como entrega a conclusão do programa de capacitação dos gestores  
1766 de unidades de conservação. Conclusão dos estudos de recategorização/  
1767 desafetação / revisão de limites de UCs concluído e em execução. Valéria também  
1768 em uma próxima reunião quando estiver pauta a gente gostaria de apresentar  
1769 também para os Conselheiros. Fizemos também o encontro de gerentes de UCs  
1770 nós estamos com o programa Gerente de Parque, a gente está retomando as



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1771 reuniões e criando diretrizes para os nossos gestores de parque para execução  
1772 das suas atividades com o monitoramento. Conclusão do diagnóstico das ACPs,  
1773 essas ACPs foram promovidas pelo Ministério Público no âmbito da efetiva  
1774 implantação das nossas unidades de conservação e ela contempla não só a  
1775 questão estrutural de pessoal e regularização fundiária. Então a gente fez todo  
1776 um levantamento com relação a essas ACPs e seus objetos e viram inclusive o que  
1777 já tinha sido cumprido pela instituição, estamos na fase de sentar com o  
1778 Ministério Público para poder ver se todas as ações civis públicas são as mesmas  
1779 que tem por registro deles, que a ideia é de fato fazer um grande acordo judicial.  
1780 Temos também a questão dos planos de manejo das UCs em que a gente já teve  
1781 esses anos, 6 planos foram aprovados na CPB, e a gente tinha uma expectativa de  
1782 outros 4, mas dois a gente vai pautar agora em dezembro, que é o Baleia e o  
1783 Limoeiro, tinha dois que era do Alto Médio São Francisco, Peruaçu e Arrebio da  
1784 Serra Azul, que talvez a gente não consiga incluir na pauta em função do que a  
1785 gente precisou fazer as consultar as comunidades tradicionais. Estruturação da  
1786 Unidade de Compensação Minerária, que a gente tem revisto essa questão dos  
1787 controles da compensação minerária, a regularização fundiária, isso já é  
1788 planejamento de 2023. Para o planejamento de 2023 a gente tem a estruturação  
1789 da unidade de compensação minerária com a estruturação da unidade. A  
1790 regularização fundiária de 22.000ha do Parque Estadual Caminhos Gerais. A gente  
1791 já está com a contratação dos serviços de georreferenciamento. Temos também  
1792 planejado a execução do planejamento estratégico da regularização fundiária das  
1793 UCs. Execução das atividades previstas para o ano 1, que é o levantamento do  
1794 cadastro fundiário, georreferenciamento, levantamento das terras (trecho  
1795 incompreensível). Temos o banco de áreas de créditos de compensações  
1796 ambientais/florestais que a gente vai estar implantando também em 2023. A  
1797 otimização do processo de compensação do SNUC que é uma ação realizada junto  
1798 com a Semad, o decreto publicado e os procedimentos instituídos. A implantação  
1799 do Programa de Capacitação e Fomento da Brigadas Florestais Municipais e a  
1800 realização de 42 queimas prescritas. Temos também como planejado em 2023, a



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1801 manutenção/implantação de 15 unidades operacionais com recursos de  
1802 compensação minerária, essas unidades operacionais são para funcionar no  
1803 combate ao incêndio. A contratação temporária de 320 brigadistas dando um  
1804 incremento no ano vigente. Seguir com o cronograma de execução com o projeto  
1805 Copaíbas que complementa 12 unidades com institutos contratados e já  
1806 concluídos. A implementação do programa de capacitação dos gestores da  
1807 unidade de conservação que a gente vai estar realizando durante esse ano.  
1808 Realização do encontro de unidades de conservação em formato presencial e  
1809 também com o treinamento de manejo de trilhas. Normativas que a gente vai  
1810 estar publicando em 2023, que são a regulamentação de antenas e torres nas  
1811 UCs, regulamentação de uso dos imóveis nas UCs, regulamentação prática de voo  
1812 livre, autorização de prestação de serviço de voo livre nas UCs e autorização de  
1813 prestação de serviço de transporte terrestre nas UCs. Temos também planejado a  
1814 questão do ICMS Ecológico, no fato unidade de conservação, coleta de sementes  
1815 em UCs, prática de esportes ao ar livre nas UCs, diagnóstico situacional de  
1816 comunidades tradicionais em UCs, essa é uma realidade que a gente tem hoje de  
1817 conflito das comunidades tradicionais que estão inseridas dentro das nossas  
1818 unidades de conservação de proteção integral. O acordo judicial das ACPs, a  
1819 execução dos estudos de recategorização/desafetação/revisão de limites das UCs  
1820 estaduais. Seis planos de manejo aprovado e revisados, a implementação das  
1821 ações de Brumadinho, que são 12 planos de manejo contratados, mais o projeto  
1822 de obras na APA Parque Fernão dias, a gente já está com a TR e a possibilidade de  
1823 publicação do edital. Contratação de estudo de viabilidade de criação/ampliação  
1824 de UC, Acordo Mata Atlântica. A gente já tem um indicativo do Ministério Público  
1825 que é a Unidade de Jacuba, a contratação dos estudos. Controle e monitoramento  
1826 e geotecnologia realização de 2022. Eliminação de passivo processual em  
1827 processos de intervenção ambiental, isso é uma realidade para a gente, na data  
1828 de hoje a gente tem aproximadamente 40 processos, a gente vai estar finalizando  
1829 esses 40 processos agora em dezembro, vamos começar 2023 sem passivo, mas  
1830 com um grande desafio, a gestão desses processos de intervenção para que não



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1831 se gere novos passivos. Todos analisados dentro do prazo consignados na lei.  
1832 Tivemos como entrega também o lançamento dos módulos de comunicação de  
1833 colheita e colheita interna e desenvolvimento do módulo de DCF no MGFlorestas.  
1834 A disponibilização dos polígonos das áreas autorizadas para supressão no IDE  
1835 Sisema, já está na camada do IDE. A detecção de 40 mil hectares no  
1836 monitoramento contínuo da cobertura vegetal o qual são detectadas e enviadas  
1837 para a fiscalização. Tivemos a publicação que já foi falada da Resolução nº 3102.  
1838 Assinamos 3 convênios de delegação, Nova Lima, Conceição do Mato Dentro e  
1839 Sacramento). Tivemos também a capacitação EAD para municípios conveniados  
1840 para análise de processo de intervenção. Publicamos também a Portaria nº  
1841 83/2022 falando da supressão e anuência em Mata Atlântica. Entregas agora para  
1842 2023, a implementação de ferramenta e detecção automatizada no  
1843 monitoramento contínuo da cobertura vegetal, que vai estar diminuindo o prazo  
1844 de detecção para 5 dias. A publicação dos módulos de DCF e desenvolvimento do  
1845 CAF no MG Florestas. A instrução de serviço e resolução em conjunta SEMAD/IEF  
1846 nº 3102 que foi substituída pela resolução nº 3162. Eu me coloco à disposição, a  
1847 da fauna a gente não colocou de fato, porque a Adriana já tinha apresentado  
1848 anteriormente, eu coloco a disposição, qualquer dúvida a gente está à disposição,  
1849 desculpa a pressa, mas estava me sentindo pressionada por causa do horário, mas  
1850 a gente se coloca à disposição, os dados também e a apresentação a gente está  
1851 disponibilizando também.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigado  
1852 Maria Amélia, pela objetividade, pelo cumprimento do prazo. Passo agora ao  
1853 Marcelo Fonseca, Diretor Geral do Igam.” Marcelo da Fonseca, Igam: “Boa tarde a  
1854 todos. Obrigado Marília, eu peço desculpas por não estar presencialmente com  
1855 vocês, mas tive uma agenda com o Ministério Público agora a tarde, mas consegui  
1856 chegar aqui para trazer um pouco para vocês do que foi o nosso trabalho nesse  
1857 ano de 2022 e o que está no nosso planejamento para 2023. Dentro das  
1858 atividades de gestão participativa, Minas Gerais aderiu recentemente ao  
1859 Procomitês que é um programa da agência nacional de águas e saneamento  
1860 básico, nós tivemos a primeira certificação com 13 comitês, atingindo a nota



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1861 máxima em todos eles, nós tivemos a premiação correspondente. Trabalhamos  
1862 para estruturação dos comitês com os recursos do Fhidro, nós temos aqui alguns  
1863 comitês que ainda não possuem cobranças, que tem os recursos advindo do  
1864 Fhidro. Então nós trabalhamos com a aquisição de alguns equipamentos,  
1865 mobiliário para estruturar algumas sedes e ações das reuniões. Seguindo uma  
1866 moção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos apoiamos o comitê GD1 e GD2  
1867 na avaliação da otimização da gestão territorial, esses dois comitês já se  
1868 manifestaram favoravelmente pela unificação dos dois territórios. Então a gente  
1869 segue ainda esse ano, na próxima reunião do Conselho Estadual para aprovação  
1870 do Conselho Estadual dessa unificação. Iniciamos também um grande trabalho de  
1871 renovação eleitoral dos 35 comitês para o período 2023/2027. Para 2023, nós, na  
1872 parte da gestão participativa, concluir esse processo eleitoral dos 35 comitês, dar  
1873 continuidade a esse trabalho de otimização da gestão territorial, é uma demanda  
1874 que tem surgido dos comitês, nós já estamos trabalhando com alguns, dar  
1875 sequência nesse trabalho. Concluir a estruturação dos comitês e trabalhar na  
1876 seleção das entidades equiparadas que irão atuar como agência de bacia, nas  
1877 bacias em que nós tivemos a cobrança implementadas nos últimos dois anos. No  
1878 caso da cobrança pelo uso de recursos hídricos, ela ficou estagnada no estado  
1879 durante um bom tempo e a partir da publicação de um decreto, estabelecendo  
1880 um prazo para que os comitês começassem uma discussão para implementação  
1881 da cobrança, nós saltamos de 12 comitês com cobrança implantada para 26, 7  
1882 delas foram aprovadas esse ano e ainda restam algumas poucas bacias que ainda  
1883 não se manifestaram, mas que farão nesse período, nesse restante de ano ou no  
1884 início do ano que vem. Um compromisso que foi assumido por esse governo com  
1885 relação à cobrança foi o repasse do recurso de cobrança aquele que é a corrente,  
1886 que recebe, que é arrecado anualmente, nós mantemos esse compromisso está  
1887 sendo repassado todo esse valor. Também foi feito um pacto para o repasse  
1888 daquele que foi contingenciado anteriormente, foi estabelecido um cronograma e  
1889 nós estamos avançando nesse pagamento. Para o próximo ano a gente avança  
1890 com a implementação do sistema de declaração de uso, uma ferramenta



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1891 importante para ajustar o valor que vai ser cobrado do usuário de recursos  
1892 hídricos, vamos também implementar um módulo dentro do sistema de cobrança  
1893 para cálculo dos valores, a gente sai hoje de 12 bacias e aumenta  
1894 significativamente a quantidade de processos que precisam ser trabalhados para  
1895 gerar a cobrança e concluir a cobrança no restante do estado, se a gente não  
1896 conseguir concluir esse ano a gente fica com uma pendência para o ano que vem,  
1897 para aprovação da cobrança e a implementação da cobrança no restante do  
1898 estado. Um dos grandes desafios recentes do Igam é a questão de segurança de  
1899 barragens, trabalhamos hoje de forma integrada com a Subsecretaria de  
1900 Fiscalização Ambiental dentro do plano anual de fiscalização, nesse ano nós já  
1901 fiscalizamos 201 barragens espalhadas pelo Estado de Minas Gerais, temos  
1902 cadastradas 339 dentro de um desafio que é da ordem de 30 mil barragens em  
1903 todo estado. Esse cadastramento segue um cronograma de acordo com o  
1904 tamanho dessas estruturas. Realizamos um importante evento que foi o Webinar  
1905 de segurança de barragens que teve como objetivo apresentar para os usuários,  
1906 os empreendedores donos de barragens sobre os procedimentos de regularização  
1907 e também apoio às defesas civis municipais e foi um evento em parceria com a  
1908 Defesa Civil Estadual orientando sobre a atuação no caso de uma barragem entrar  
1909 em situação de emergência. Publicamos uma portaria de credenciamento dos  
1910 profissionais para atuar como consultores e responsáveis técnicos por essas  
1911 estruturas, isso foi um trabalho que foi realizado em conjunto com o Crea e para  
1912 o próximo ano fica o desafio do sistema de segurança de barragens para nos  
1913 apoiar no gerenciamento de estruturas, dar continuidade à elaboração, à  
1914 execução do PAF que nessa linha de integração das ações de fiscalização, e a  
1915 revisão do normativo 02, a portaria do Igam que traz algumas diretrizes da  
1916 política que a gente precisa aprimorar, tendo em vista que a política nacional  
1917 passou também por alguma revisão. Na parte de planejamento e enquadramento  
1918 nós tivemos também grandes avanços esse ano, marcos históricos para o estado,  
1919 concluímos os 4 últimos planos de bacia que estavam pendentes no estado. Então  
1920 hoje Minas Gerais possui 100% das bacias com planos diretores vigentes e foi





**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1921 feito também um trabalho, estamos em um processo de construção do escopo de  
1922 revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos onde a gente está coletando  
1923 contribuições para revisão do plano. Para o próximo ano seria a licitação da  
1924 revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos, dar sequência ao trabalho que  
1925 vem discutido nas câmaras do conselho estadual de recursos hídricos sobre  
1926 diretrizes para estabelecimento de área sujeito a restrição e acompanhamento da  
1927 revisão dos planos. Então nós já temos hoje planos que precisam ser atualizados.  
1928 Então a gente já está fazendo essa atualização muitas vezes em parceria com  
1929 agências de bacia, com agência nacional de água e saneamento básico e trabalhar  
1930 em um sistema, de acompanhamento da implementação desses planos para que  
1931 toda a sociedade possa acompanhar como que está a execução de cada um  
1932 desses planos. Dentro do enquadramento, o enquadramento dos corpos hídricos é  
1933 um dos instrumentos que hoje no estado está mais atrasado a sua  
1934 implementação, nós conseguimos nesse ano avançar com 6 bacias com  
1935 enquadramento já dentro da nova metodologia que foi estabelecida pelo  
1936 Conselho Estadual de Políticas Ambientais e Recursos Hídricos. Foi necessário  
1937 modernizar a forma de elaboração desses planos, tendo em vista as experiências  
1938 que nós tivemos com as audiências virtuais, reuniões virtuais, a DN nº 74 foi  
1939 revista. Também foi necessária uma adequação da DN nº 06/2017 que trazia  
1940 algumas limitações quanto ao enquadramento, nós trabalhamos junto do  
1941 Conselho para o seu aprimoramento. Para o próximo ano fica o desafio da  
1942 licitação para enquadramento das 6 bacias que ainda não têm o seu  
1943 enquadramento, as outras 13 que são citadas nós já temos contratações no  
1944 âmbito das agências de bacias e aí ressaltar a importância dessas entidades  
1945 equiparadas na contratação desses instrumentos com recurso da cobrança seja  
1946 ela estadual ou federal, aqui nós temos um trabalho importante de parceria com  
1947 os comitês federais atuando de forma integrada e nessas bacias que nós já temos  
1948 enquadramento implantado, iniciar um trabalho de monitoramento da  
1949 implementação do enquadramento dos corpos hídricos. Em termo de qualidade  
1950 das águas nós temos a nossa rede de monitoramento com 678 estações. Então



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1951 nós demos sequência a esse monitoramento, além de dar sequência ao  
1952 acompanhamento dos desastres ambientais e nós estamos em um trabalho hoje  
1953 de aprimoramento das nossas informações geoespacializadas. Então nós fizemos  
1954 recentemente a doção da base Ottocodificada, uma base unificada com a Agência  
1955 Nacional de Água e Saneamento Básico e a gente está adequando todas as nossas  
1956 informações para essa nova referência, a rede de hidrologia e de qualidade foi  
1957 adequada a essa nova metodologia. Para o ano que vem continuar operação  
1958 dessa rede, ampliá-la, além de ter a transferência do monitoramento do rio  
1959 Paraopeba que hoje está previsto dentro de um acordo com o Ministério Público,  
1960 o IGAM assumiria essa responsabilidade para operar toda essa rede. Também o  
1961 lançamento de um novo sistema de gestão e monitoramento das águas que  
1962 aperfeiçoa o nosso sistema atual. Na parte de qualidade de águas subterrâneas  
1963 nós temos o monitoramento de uma rede dedicada de 124 pontos. A proposta  
1964 para o ano que vem é ampliar essa rede, incorporar a rede que vem do  
1965 monitoramento do Paraopeba. Monitoramento Hidrometeorológico, o Igam tem  
1966 um serviço de previsão e monitoramento do tempo que trabalha em parceria com  
1967 a Defesa Civil principalmente nesse período, onde a gente tem a possibilidade de  
1968 ocorrer eventos de precipitação de tempestades, ventos e granizos. Só nesse ano  
1969 foram emitidos em conjunto com a Defesa Civil mais de 11 mil alertas para a  
1970 população e para os órgãos de Defesa Civil, fazemos o acompanhamento da  
1971 situação de escassez hídrica no estado de acordo com a Deliberação Normativa 48  
1972 e foi celebrado um acordo de cooperação técnica com a CEDEG para aprimorar  
1973 toda esse mecanismo de apoio para as situações de enfrentamento de Defesa Civil.  
1974 Para o ano que vem a gente vai ampliar a nossa rede de monitoramento  
1975 telemétrico, estamos em processo final de aquisição de mais 28 estações e para o  
1976 ano que vem a gente vai fazer a implementação dessas estações, estruturar e  
1977 melhorar o serviço de monitoramento 24 horas que hoje a gente trabalha em  
1978 parceria, além da Defesa Civil, com a Cemig, que nos apoia em períodos noturnos,  
1979 em final de semana. Em termos de regulação do uso, na parte de outorgas  
1980 basicamente, nós iniciamos com o desafio de reduzir o passivo de outorgas que



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

1981 foi na ordem de 25 mil processos, nós conseguimos fazer essa entrega em agosto  
1982 desse ano. Então todos aqueles processos que estavam aguardando análise estão  
1983 hoje concluídos, os que ainda não foram concluídos tem alguma pendência seja  
1984 de atendimento de informações complementares, estar vinculado ao  
1985 licenciamento ambiental ou alguma outra característica específica dessa  
1986 natureza. Foi feita também uma nova regulamentação de água subterrânea em  
1987 especial para a região norte, nordeste e noroeste do estado, a partir das  
1988 recomendações do programa Águas do Norte de Minas, uma das mudanças que  
1989 trouxe foi uma nova disponibilidade hídrica subterrânea para essa região e a  
1990 possibilidade de pós tubulares com capacitação de até 14m<sup>3</sup> em zona rural ser  
1991 considerado como uso insignificante. Avançamos também com a implantação da  
1992 outorga sazonal na Bacia do Rio Doce. A revisão da DN COPAM/CERH 01/2008,  
1993 que foi concluída nesse último mês, importante para melhoria da qualidade dos  
1994 nossos corpos hídricos. Para o ano que vem a questão do sistema de outorga, a  
1995 implementação da outorga sazonal na bacia Rio São Francisco e a implementação  
1996 da outorga de lançamento de efluentes, não implementação, mas o avanço da  
1997 outorga de lançamento de efluentes que hoje ela está somente na região  
1998 metropolitana na bacia do Ribeirão da Mata. Por fim, entre os programas e  
1999 projetos nós temos o Plano Mineiro de Segurança Hídrica que vem de um  
2000 convênio com o ministério de desenvolvimento regional e amanhã já aproveito  
2001 para convidar a todos para participar conosco do evento de largada do plano,  
2002 onde nós iremos apresentar os próximos passos desse plano e oportunidade de  
2003 escuta para contribuições. Então vai ter também um processo de consulta pública  
2004 para ver o que nós precisamos incorporar. Assinamos juntamente com os demais  
2005 integrantes do Sisema um acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional  
2006 de Águas e Saneamento Básico para ampliar no estado o produtor de água como  
2007 forma de trabalhar o uso e conservação do solo com vista a produção de água.  
2008 Tem o nosso programa de capacitação em recursos hídricos que vem sendo  
2009 executado. Revista Mineira de Recursos Hídricos que nós publicamos, mais um  
2010 número esse ano com o aumento de contribuições. Para o ano que vem o desafio



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

2011 é a conclusão do PMSH, dar continuidade a um projeto que nós colocamos aqui  
2012 que é a extensão em recursos hídricos que é aproximar os estudantes das  
2013 universidade a gestão de recursos hídricos e iniciar as obras do Viamão que é um  
2014 projeto associado ao Somos Todos Água também faz parte do convênio com a  
2015 MDR. Queria agradecer a oportunidade, foi de uma forma bem sucinta e rápida,  
2016 mas o Igam está à disposição para tirar dúvidas sobre esses projetos e sobre  
2017 nossas ações e planejamento para o próximo ano.” Valéria Cristina Rezende,  
2018 Secex/Semad: “Obrigada Marcelo, pela sua apresentação. Agora eu convido o  
2019 Renato Brandão, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente para fazer a  
2020 sua apresentação.” Renato Teixeira Brandão, Feam: “Boa tarde a todos, boa tarde  
2021 a Secretária Valéria, todos os dirigentes do Sisema. Vou tentar fechar com as  
2022 ações da Feam que a gente realizou esse ano, algumas delas eu vou até me  
2023 permitir passar mais rápido, Valéria, porque muitas delas, como você demonstrou  
2024 a gente teve a oportunidade de fazer, não só aqui na Plenária, mas também nas  
2025 várias Câmaras Técnicas que a gente participou. Então a gente tem já trazido  
2026 essas discussões para dentro do Copam valorizando efetivamente o Copam. Então  
2027 falando do ano de 2022, citado pela própria Flávia Mourão a gente assinou um  
2028 termo de cooperação técnica para iniciar elaboração do plano estadual de  
2029 resíduos. A ideia é que o estado trabalhe um plano com a discussão ampla desse  
2030 plano, por isso nós temos dois anos de elaboração desse plano, com diagnóstico,  
2031 com escuta da sociedade e faremos em janeiro uma primeira reunião pública para  
2032 apresentar a todos os atores os próximos passos e os momentos de discussão  
2033 com todos esses atores. Iniciamos o nosso processo de credenciamento dos  
2034 auditores de barragem, hoje nós temos 48 auditores de barragem credenciados  
2035 para fazer as declarações de condição de estabilidade de auditorias. Esse  
2036 processo que o Igam recentemente colocou como a portaria, o Marcelo falou, nós  
2037 estamos aprendendo com o Igam, que está evoluindo nesse programa, nós temos  
2038 48 profissionais credenciados. Realizamos até novembro, final de novembro mais  
2039 de 416 fiscalizações em barragens de rejeitos e resíduos, intensificando  
2040 efetivamente esse programa e temos um acompanhamento que vem sendo feito



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

2041 a partir das assinaturas dos termos de compromisso de descaracterização de  
2042 barragens, esse também nós já apresentamos aqui o que é o termo e como a  
2043 gente buscou trazer esse acompanhamento das barragem a montante. Estamos  
2044 fazendo esse acompanhamento ao longo do ano e até que essas estruturas  
2045 estejam efetivamente descaracterizadas. Também iniciamos uma discussão do  
2046 plano de controle de emissões atmosféricas de Minas Gerais que é uma previsão  
2047 da Resolução nº 491 que fala sobre as emissões atmosféricas e qualidade do ar.  
2048 Esse plano a gente fez várias discussões com os municípios, mas vamos iniciar um  
2049 processo de consulta mais ampla dele no ano que vem. Também analisamos os  
2050 estudos de dispersão atmosféricas, temos vários processos de licenciamento de  
2051 empreendimento que tem emissões atmosféricas e que precisam de apresentar  
2052 esse estudo no seu âmbito, a gente conseguiu aumentar como gestão mais  
2053 eficiente o volume de estudo analisados, temos ainda um passível considerável,  
2054 mas um aumento de 300% em relação ao que a gente analisava em 2020.  
2055 Também fizemos a recuperação e acompanhamos a recuperação de 54 áreas  
2056 degradadas e contaminadas no âmbito do estado. Vamos publicar ainda esse ano  
2057 o inventário de áreas contaminadas, que faz o levantamento de todo o processo de  
2058 gestão das áreas contaminadas no estado. Passando por cada uma das etapas,  
2059 desde a avaliação preliminar até a sua recuperação. Também na área de estudos  
2060 integrados, estudos setoriais a gente teve a finalização de dois processos de  
2061 avaliação ambiental integrada, de hidrelétricas nas bacias do Rio Paraúna e do Rio  
2062 Sapucaí e Grande. Rediscutimos o os termos de referência dessa avaliação  
2063 ambiental integrada pelo setor de hidrelétrica, disponibilizamos, trazendo uma  
2064 objetividade maior desses processos de avaliação ambiental integrada. Também  
2065 tivemos a aprovação de dois estudos de zoneamento ambiental produtivo este  
2066 ano do Rio Preto e do Ribeirão das Almas. E estamos acompanhando junto com a  
2067 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e esse processo andou, inclusive com  
2068 o início de discussões com a sociedade sobre a avaliação ambiental estratégica do  
2069 setor de minério de ferro, que é até uma das recomendações do Tribunal de  
2070 Contas. Então o estado conseguiu avançar junto com a Secretaria de



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

2071 Desenvolvimento Econômica e a Feam, no início desse processo, no início da  
2072 discussão, da avaliação ambiental estratégica para o setor do minério de ferro do  
2073 Estado de Minas Gerais. Na parte de recuperação ambiental nós firmamos termo  
2074 de cooperação com os municípios diretamente afetados no desastre da Vale em  
2075 Brumadinho com a possibilidade da retirada de até novembro, 48 mil toneladas  
2076 de material que foi depositado nas margens. Esse processo nós fizemos  
2077 novamente como parceria muito intensa com o Ministério Público de Minas  
2078 Gerais que também, e com o comitê pró Brumadinho que foi um ator importante.  
2079 Nós estamos evoluindo na discussão do Plano de reparação da Bacia do  
2080 Paraopeba com vários atores, com vários compromitentes do termo, tivemos a  
2081 aprovação dos capítulos 1 e 2 desse plano de recuperação. Também em Mariana,  
2082 acompanhando os processos de recuperação do desastre da Samarco em  
2083 Mariana. A recuperação e foi dada o certificado de recuperação da cachoeira do  
2084 Camargo no processo de recuperação pós-rompimento. Além disso temos  
2085 acompanhado todo o processo de discussão do TTAC, hoje vigente junto com as  
2086 empresas e com a Fundação Renova e estamos acompanhando junto com o  
2087 comitê também a questão da repactuação do Rio Doce que no entendimento dos  
2088 vários atores é essencial para que a gente consiga acelerar o processo de  
2089 recuperação na Bacia do Doce. Nos aspectos de emergência ambiental nós  
2090 recebemos mais de 433 comunicados de acidentes e emergências ambientais.  
2091 Temos trabalhado intensamente para fazer com que esses processos finalizem,  
2092 para que a gente tenha o atendimento da emergência, mas que ela seja finalizado  
2093 com a recuperação daquela área e por isso nós temos 78 áreas que já foram  
2094 consideradas recuperadas dos danos daqueles acidentes, temos tentando  
2095 também trabalhar com o número de acidentes que eram recebidos  
2096 anteriormente que não eram possível dar vazão e finalizar esse processo. Então  
2097 nós tivemos o encerramento dos casos de acidentes que aconteceram em 2017 e  
2098 2020, 137 casos. Realizamos no mês passado o Seminário de Emergência  
2099 Ambiental, um seminário que discute ações de prevenção de acidentes e ação  
2100 prática de acidentes, que tem sido um evento que sistematicamente colocado na



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

2101 pauta das empresas e de todos os atores que trabalham com emergência  
2102 ambiental. Nas ações climáticas o principal produto que o estado produziu foi o  
2103 Plano de Ação Climática, esse Plano de Ação Climática cumpriu várias etapas e  
2104 esse fluxo apresenta claramente que a gente fez ações desde o diagnóstico e o  
2105 inventário dos gases para o estado, até chegarmos em um plano efetivamente  
2106 com ações do poder público para que o poder público possa atuar e cumprir  
2107 aquele compromisso assumido pelo Governador, pelo estado de até 2050 zerar as  
2108 suas emissões de gases de efeito estufa líquidas. Então a gente constrói isso a  
2109 partir de um apoio significativo da universidade, dos atores internacionais, eu vou  
2110 citar aqui o ECLEI, o CDP, a COP do Rio, que foram atores que nos auxiliaram na  
2111 construção desse plano a partir de uma parceria com o governo britânico. Para  
2112 2023, nos vários temas que a Feam trabalha, nós estamos já em discussão com  
2113 vários setores de uma Deliberação Normativa sobre logística reversa, o estado já  
2114 tem uma deliberação, mas a partir da publicação de decretos federais a gente  
2115 tem uma possibilidade de uma regulamentação para que a gente possa  
2116 acompanhar e acelerar esse processo de implementação da logística reversa do  
2117 Estado de Minas Gerais. Faremos através da apresentação de uma proposta a  
2118 este Conselho, na Câmara Normativa Recursal. Essa proposta do estado já tem  
2119 aderência com o Governo Federal tem apresentado, foi feito um lançamento  
2120 recente do governo federal de um sistema eletrônico para acompanhamento  
2121 desse sistema de logística reversa, e o Estado de Minas Gerais foi o estado  
2122 escolhido pelo Governo Federal para fazer os primeiros testes nesse sistema e  
2123 poder contribuir com esse sistema. Então a gente já tem a sinalização do Governo  
2124 de que o estado vai ser o primeiro a testar e implementar esse sistema no seu  
2125 âmbito, incentivando cada vez mais que a gente evolua nas discussões da logística  
2126 reversa em Minas Gerais. A própria elaboração do plano estadual que eu citei  
2127 mais atrás, é um projeto de dois anos de execução em que a gente pretende  
2128 escutar todos os atores, dar oportunidade para a sociedade trazer suas  
2129 contribuições e iniciaremos esse processo com uma reunião em janeiro, uma  
2130 reunião pública para apresentar as ações que estão sendo feitas. Também na



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

2131 parte de barragens a gente pretende soltar um manual de fiscalização deixando  
2132 claro as atribuições dos fiscais em campo, a postura dos fiscais em campo, até  
2133 onde iria as limitações, porque a gente tem aqui um cenário de órgãos de  
2134 fiscalizações distintos. Então eu acho que a gente pode e deve colocar esse  
2135 manual para deixar claro os limites das nossas atuações e para os próprios fiscais.  
2136 A publicação do Plano de Controle de Emissões Atmosféricas que é uma previsão,  
2137 como eu falei, da 491, a gente pretende ainda no ano que vem fazer uma consulta  
2138 pública e poder publicar esse plano, o estado priorizou áreas que hoje a gente já  
2139 tem monitoramento da qualidade do ar dessas regiões. Vamos implementar um  
2140 aprimoramento do sistema de gerenciamento de qualidade de ar, podendo  
2141 disponibilizar os dados de qualidade do ar de todas as estações que o estado tem  
2142 a partir de boletim dinâmico diários para que a população tenha ciência da  
2143 situação da qualidade do ar no seu município, na sua região. Na parte de área  
2144 contaminada a perspectiva da revisão, da Deliberação Normativa Conjunta  
2145 COPAM/CERH que institui o plano de gestão de áreas contaminadas. Então uma  
2146 norma de 2010 em que a gente já tem um aprimoramento grande na parte de  
2147 gestão de áreas contaminadas e a ideia é rediscutir neste Conselho uma nova  
2148 deliberação trazendo todas as evoluções do programa, evoluções tecnológicas  
2149 que existem no acompanhamento de áreas contaminadas. Além disso a previsão  
2150 de 57 áreas passando por todo fluxo da área contaminada, até ser considerada  
2151 uma área recuperada, efetivamente recuperada no uso específico. Estamos  
2152 trabalhando, como eu disse, melhoramos o TR de hidrelétrica, mas a ideia que no  
2153 ano que vem a gente trabalhe uma nova norma para avaliação ambiental  
2154 integrada do setor hidrelétrico trazendo evoluções nesse processo. A avaliação  
2155 ambiental estratégica do setor de minério de ferro, o cronograma nos dias em  
2156 que a gente vai ter uma finalização, entregar para o estado uma avaliação  
2157 ambiental estratégica no setor de minério de ferro. A consolidação da estrutura,  
2158 como a gente disse, no processo de repactuação da recuperação do Rio Doce,  
2159 buscando uma agilidade maior das ações de recuperação do Rio Doce. Também  
2160 no Paraopeba já com a aprovação dos capítulos 1 e 2 do plano de recuperação, já





**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

2161 trazer metas para essa recuperação, indicadores para essa recuperação. Também  
2162 na parte de emergência ambiental a gente prevê ações de fiscalização preventiva  
2163 em atividades críticas, a gente sabe algumas atividades que geram acidentes  
2164 ambientais e a ideia é fazer ações de fiscalização preventiva nesses  
2165 empreendimentos. O aprimoramento do piloto que a gente tem do mapeamento  
2166 de riscos de acidentes ambientais. Então a gente tem BRs trechos críticos, na 040,  
2167 381 e 262, identificar esses locais, esses trechos e discutir os riscos desse trecho  
2168 para possibilitar uma redução, ações para reduzir esses riscos, principalmente  
2169 nessas BRs principais do estado e também trazer um aspecto de transparência de  
2170 todos os acidentes ambientais do estado, e a ideia é que a gente traga uma  
2171 plataforma que vai ter uma alimentação periódica no ano que vem de uma  
2172 plataforma georreferenciada com todos os acidentes ambientais atendidos e  
2173 notificados ao núcleo de emergência ambiental da Feam. Com relação às ações de  
2174 mudanças climáticas vamos a partir daquele estudo todo que a gente fez com  
2175 aqueles atores disponibilizar agora um documento final e eu ressalto que mesmo  
2176 dentro do processo nós fizemos várias consultas, vários workshops sobre o Plano  
2177 de Ação Climática, mas agora nós vamos fazer uma consulta pública a todos os  
2178 atores nesse documento final que é o Plano de Ação Climática e logo em seguida  
2179 quando a gente tiver um plano formalizado, implementar um comitê estadual de  
2180 acompanhamento para que o estado consiga acompanhar todas aquelas ações  
2181 previstas e eventualmente redirecionar ou tratar esforços para que a gente  
2182 consiga cumprir a neutralização em 2050. Além disso iniciando um processo de  
2183 apoio aos municípios na promoção da conformidade climática municipal, a gente  
2184 sabe que os municípios, principalmente nas ações de adaptação à mudança  
2185 climática, aos eventos críticos, eles são os atores principais, os que mais sofrem  
2186 com esses eventos, e a ideia é poder trazer uma conformidade climática que o  
2187 município possa discutir as ações não só de adaptação, mas de mitigação  
2188 também, mas com o foco maior nas ações de adaptação e podendo trazer  
2189 soluções, que sejam soluções mais baseadas inclusive na natureza, que é o que a  
2190 gente vê como ações efetivas e não somente obras de engenharia que muitas



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

2191 vezes não dão a resposta adequada para esses eventos climáticos. Terminou a  
2192 minha apresentação, queria agradecer a Valéria e me colocar à disposição para  
2193 perguntas.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Obrigado Renato pela sua  
2194 apresentação. Está aberto aos Conselheiros caso queiram fazer algum  
2195 esclarecimento. Thiago, do Conselho da Micro e Pequena Empresa. Por gentileza,  
2196 Conselheiro Thiago.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Presidente eu  
2197 queria registrar os parabéns à equipe do Sisema a todas essas realizações  
2198 concluídas durante o ano de 2022 e ao trabalho feito por todos. Queria registrar  
2199 alguns pontos que eu acho que foram de extrema importância e que eu destaco  
2200 muito desse trabalho realizado. Um deles o desempenho da Secretaria, Semad,  
2201 IEF, Igam e todas as outras casas, na diminuição do passivo de processo de  
2202 regularização ambiental, isso é de fundamental importância para o  
2203 desenvolvimento sustentável do nosso estado. Outro ponto muito importante  
2204 colocado por vocês foi a revisão da Resolução nº 3102 sobre intervenções  
2205 ambientais que trouxe um grande avanço nessa política no Estado de Minas  
2206 Gerais nesse ano. A 6ª edição do programa de fiscalização preventiva na indústria  
2207 eu acho esse programa sensacional, comandado pela Semad e pela Polícia Militar,  
2208 acho que é o grande caminho a respeito da política ambiental e da fiscalização,  
2209 quando a gente vê uma redução na autuação e um aumento na regularização  
2210 ambiental mostra que o estado de fato está no caminho certo buscando a  
2211 regularização e não a punição, e isso é fundamental. A inclusão de mais de 160  
2212 novas camadas no IDE-Sisema é algo que traz uma publicidade muito grande  
2213 sobre a política ambiental do estado, não só sobre a respeito das camadas, mas  
2214 sobre a localização de todos os empreendimentos licenciados no Estado de Minas  
2215 Gerais e isso mostra essa publicidade à população. Os planos de manejo  
2216 aprovados na Câmara de Proteção a Biodiversidade, áreas protegidas aqui do  
2217 Copam, elaborados pelo IEF, uma Câmara que eu também faço parte e entendo  
2218 ser de grande importância para o Estado de Minas Gerais. Por último e não  
2219 menos importante, claro, a participação do estado na COP 27 e todas as ações  
2220 realizadas pela Feam e pela Semad na política de mudança do clima. Então queria



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

2221 registrar esses pontos para deixar os parabéns pela atuação do Sisema nesse ano  
2222 de 2022. Obrigado Presidente.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Obrigada  
2223 Conselheiro Thiago. Mais algum inscrito? Mais nenhum Conselheiro para  
2224 manifestar? Só deixar registrado que todas essas apresentações elas estarão  
2225 disponíveis no nosso site. Vamos passar para o item **8) PROPOSTA DE AGENDA**  
2226 **PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO COPAM EM 2023. APRESENTAÇÃO:**  
2227 **SEMAD.** Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Os senhores receberam com  
2228 antecedência, mantivemos as 4 reuniões dos anos anteriores, conforme eram  
2229 propostas nos anos anteriores e nos mesmos meses também, sendo realizada em  
2230 março, junho, setembro e a última em dezembro. Eu vou colocar em votação para  
2231 que possamos aprovar esse cronograma, essa agenda caso não tenha nenhuma  
2232 manifestação pelos Conselheiros. Está aberto, alguma manifestação? Sem  
2233 manifestação, eu vou colocar a agenda do Plenário do Copam para 2023 em  
2234 votação. Valéria, Semad, favorável. A Conselheira Ariel da Seapa, está presente?  
2235 Conselheira Ariel Chaves Santana Miranda: “Sim. Favorável.” Valéria Cristina  
2236 Rezende, Secex/Semad: “Os Conselheiros, da Secult, Igor, da SEE, a Conselheira  
2237 Augusta, da Seplag, Conselheira Camila, da SES, Conselheira Daniela e a  
2238 Conselheira Henrique, da Seinfra, todos ausentes. Sedese, Conselheira Mariana?  
2239 Vamos passar. Favorável, pelo chat. Conselheiro Frederico, ausente. Segov,  
2240 Conselheiro Leorges? Vamos passar para a próxima. Conselheira Elisa, da SEF?”  
2241 Conselheira Elisa Vieira Marques Brigagão Dias: “Favorável.” Valéria Cristina  
2242 Rezende, Secex/Semad: “O Conselheiro Major Eduardo, da Cedec? Conselheiro  
2243 Major PM Eduardo Leal Silva: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad:  
2244 “Conselheiro representante do Crea, Alírio, ausente. O Capitão Brito, da PMMG?”  
2245 Conselheiro Capitão PM Adenilson Brito: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende,  
2246 Secex/Semad: “O Conselheiro doutor Lucas, representante do MPMG, ausente.  
2247 Conselheira Hilcélia, da ALMG?” Conselheira Hilcélia Reis Teixeira: “Favorável.”  
2248 Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “O Conselheiro Pedro, representando do  
2249 MMA, ausente. O Conselheiro Rodrigo, representa da AMM, ausente. ACMinas,  
2250 Conselheiro Cleinis?” Conselheiro Cleinis de Faria e Silva: “Favorável.” Valéria



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Transcrição da 198ª Reunião Ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2022**

2251 Cristina Rezende, Secex/Semad: “Conselheira Ana Paula, da Faemg?” Conselheira  
2252 Ana Paula Bicalho de Mello: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad:  
2253 “O Conselheiro Flávio Roscoe, da Fiemg? Favorável pelo chat. Conselheiro Thiago,  
2254 Conselho da Micro e Pequena Empresa? Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti:  
2255 “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Conselheiro Afonso da  
2256 Fetaemg?” Conselheiro Afonso Correa Diana: “Favorável.” Valéria Cristina  
2257 Rezende, Secex/Semad: “Desculpe. Conselheiro Júlio do Ibram, ausente.  
2258 Conselheiro Adriano Manetta, CMI, ausente. Conselheiro Flávia, da Abes?”  
2259 Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Favorável.” Valéria Cristina  
2260 Rezende, Secex/Semad: “Conselheira Ana Beatriz, Promutuca? Ausente.  
2261 Conselheiro Carlos, Cefet? Ausente. Professora Lavínia, da Uemg?” Conselheira  
2262 Lavínia Rosa Rodrigues: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad:  
2263 “Obrigada. Conselheiro Luiz Antônio, Ufla, ausente. Conselheiro João Augusto, da  
2264 Assemg? Ausente. Conselheiro Rafael, da OAB, ausente. Conselheiro Celso, da  
2265 ABRHidro, ausente. Conselheiro Leorges, Segov? Ausente no momento. Agenda  
2266 aprovada com 14 votos favoráveis.” **9) ENCERRAMENTO.** Valéria Cristina  
2267 Rezende, Secex/Semad: “Nada mais havendo a tratar, se nenhum Conselheiro  
2268 tiver nenhuma manifestação eu vou declarar encerrada a 198ª Reunião Ordinária  
2269 do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental. Agradeço a participação  
2270 de todos, muito obrigada.”

2271

2272

\*\*\*\* \* \* \* \* \*

**APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO**

---

**Marília Carvalho de Melo**

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e  
Presidente da Plenária do Copam